
PRIMEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM ATÉ DUAS SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA BRASOIL MANATI EXPLORAÇÃO PETROLÍFERA S.A.

celebrado entre

BRASOIL MANATI EXPLORAÇÃO PETROLÍFERA S.A.
como Emissora

e

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.
como Agente Fiduciário, representando a comunhão de Debenturistas

Datado de
23 de dezembro de 2010



PRIMEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM ATÉ DUAS SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA BRASOIL MANATI EXPLORAÇÃO PETROLÍFERA S.A.

Pelo presente instrumento,

BRASOIL MANATI EXPLORAÇÃO PETROLÍFERA S.A., sociedade por ações de capital fechado com sede na Cidade de Salvador, Estado da Bahia, na Avenida Antonio Carlos Magalhães, nº 1.034, sala 129-A, Condomínio Pituba Parque Center, Itaigara, CEP 41825-906, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (“CNPJ/MF”) sob o nº 08.845.534/0001-20, neste ato representada por seu representante legal devidamente autorizado e identificado nas páginas de assinatura do presente instrumento (“Emissora” ou “Companhia”); e

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., sociedade por ações com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205, Barra da Tijuca, CEP 22631-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) nas páginas de assinatura do presente instrumento (“Agente Fiduciário”);

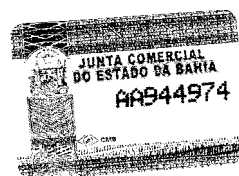
sendo a Emissora e o Agente Fiduciário doravante designados, em conjunto, como “Partes” e, individual e indistintamente, como “Parte”,

CONSIDERANDO que as Partes celebraram, em 20 de dezembro de 2010, o “Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em até Duas Séries, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Brasoil Manati Exploração Petrolífera S.A.” (“Escritura”), o qual regerá os termos e condições da distribuição pública de até 160 (cento e sessenta) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em até duas séries, da primeira emissão da Companhia (“Oferta” ou “Emissão” e “Debêntures”, respectivamente);

CONSIDERANDO que, conforme previsto na Escritura, foi realizado o Procedimento de *Bookbuilding* em 22 de dezembro de 2010, em que foram definidos: (a) a quantidade de Debêntures da Primeira Série e de Debêntures da Segunda Série; e (b) a remuneração das Debêntures da Primeira Série e das Debêntures da Segunda Série, sendo que o resultado do Procedimento de *Bookbuilding* foi aprovado em reunião da Diretoria da Companhia realizada em 22 de dezembro de 2010;

CONSIDERANDO que as Partes, em conjunto e por conta do disposto acima e na Cláusula 3.4.3 da Escritura de Emissão, decidiram alterar determinados termos e condições da Escritura, conforme aqui disposto;

RESOLVEM as Partes aditar e consolidar a Escritura, por meio do presente “Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em até Duas Séries, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Brasoil Manati Exploração Petrolífera S.A.” (“Aditamento”), mediante as cláusulas e condições a seguir.



CLÁUSULA I DAS DEFINIÇÕES

1.1. Os termos aqui iniciados em letra maiúscula, estejam no singular ou no plural, que não estejam expressamente definidos neste Aditamento terão o significado a eles atribuído na Escritura, ainda que posteriormente ao seu uso.

CLÁUSULA II DAS ALTERAÇÕES

2.1. As Partes decidem alterar o item 2.2.1 da Escritura, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“2.2.1. A ata da AGE foi arquivada na Junta Comercial do Estado da Bahia (“JUCEB”) em 17 de dezembro de 2010, sob nº 97056283, e será publicada no Diário Oficial do Estado da Bahia e no jornal A Tarde (“Jornais de Publicação”). O resultado do Procedimento de Bookbuilding (conforme abaixo definido), que definiu a quantidade de Debêntures (conforme abaixo definido) a ser alocada a cada série e a taxa final a ser utilizada para cálculo dos Juros Remuneratórios, foi ratificado (a) em reunião da Diretoria da Companhia realizada em 22 de dezembro de 2010, cuja ata será arquivada na JUCEB e publicada nos Jornais de Publicação, e (b) por meio de Aditamento à presente Escritura, que será arquivada na JUCEB; em ambos os casos, conforme previsto nesta Escritura.”

2.2. As Partes decidem alterar o item 3.3.1 da Escritura, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“3.3.1. O valor total da Emissão é de R\$ 160.000.000,00 (cento e sessenta milhões de reais) na Data de Emissão (conforme definido abaixo).”

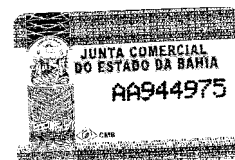
2.3. As Partes decidem alterar os itens 3.4.1 e 3.4.2 da Escritura, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“3.4.1. A Emissão será realizada em 2 (duas) séries, conforme apurado em Procedimento de Bookbuilding, sendo as debêntures objeto da Oferta distribuídas no âmbito da primeira série doravante denominadas “Debêntures da Primeira Série”, as debêntures objeto da Oferta distribuídas no âmbito da segunda série doravante denominadas “Debêntures da Segunda Série” e as Debêntures da Primeira Série, conjuntamente com as Debêntures da Segunda Série, doravante denominadas “Debêntures”.

3.4.2. A quantidade de Debêntures a ser alocada a cada série foi definida de acordo com a demanda das Debêntures pelos Investidores Qualificados, conforme apurada em Procedimento de Bookbuilding.”

2.4. As Partes decidem alterar o item 4.1.6 da Escritura, que passa a vigorar com a seguinte redação:

*“4.1.6. **Quantidade de Debêntures:** Serão emitidas 160 (cento e sessenta) Debêntures, sendo 80 (oitenta) Debêntures da Primeira Série e 80 (oitenta) Debêntures da Segunda Série.”*



2.5. As Partes decidem alterar o item 4.2.2 da Escritura, que passa a vigorar com a seguinte redação:

*“4.2.2. **Juros Remuneratórios:** Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures ou sobre o Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, atualizado pela Atualização Monetária nos termos da Cláusula 4.2.1 acima, incidirão juros remuneratórios de 9,60% (nove inteiros e sessenta centésimos por cento) ao ano (“**Juros Remuneratórios**” e, em conjunto com a Atualização Monetária, “**Remuneração**”). Os Juros Remuneratórios serão calculados em regime de capitalização composta de forma exponencial pro rata temporis, por Dias Úteis decorridos, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, a partir da Data de Emissão (ou da Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso) e até a data de seu efetivo pagamento.”*

2.6. As Partes decidem alterar o item 4.2.2.2 da Escritura, que passa a vigorar com a seguinte redação:

4.2.2.2. Os Juros Remuneratórios serão calculados com base na seguinte fórmula:

$$J = VNa \times [FatorJuros - 1]^{\frac{DP}{252}}$$

onde,

***J** = valor dos Juros Remuneratórios devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;*

***VNa** = Valor Nominal Unitário atualizado ou Saldo do Valor Nominal Unitário atualizado, conforme o caso, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;*

***FatorJuros** = fator de juros fixos, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a seguinte fórmula:*

$$FatorJuros = (spread + 1)^{\frac{DP}{252}}$$

onde,

***spread** = 0,0960;*

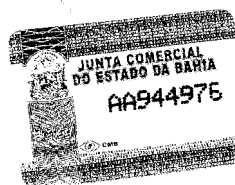
***DP** = número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou a Data de Pagamento de Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, e a data atual, sendo “DP” um número inteiro.*

CLÁUSULA III DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1. Todos os demais termos e condições da Escritura que não tenham sido expressamente alterados pelo presente Aditamento são neste ato ratificados e permanecem em pleno vigor e efeito. Dessa forma, a Escritura consolidada passa a vigorar conforme disposto no Anexo I.

3.2. A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário que todas as declarações e garantias previstas no item 11.1 da Escritura permanecem verdadeiras, corretas e plenamente válidas e eficazes na data de assinatura deste Aditamento.

C



3.3. O Agente Fiduciário declara à Emissora que todas as declarações previstas no item 9.2 da Escritura permanecem verdadeiras, corretas e plenamente válidas e eficazes na data de assinatura deste Aditamento.

3.4. Fica eleito o foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas deste Aditamento, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Estando assim, as Partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 3 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

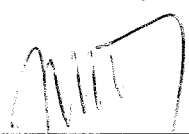
São Paulo, 23 de dezembro de 2010.

[O RESTANTE DA PÁGINA FOI INTENCIONALMENTE DEIXADO EM BRANCO]



(Página de Assinatura 1/2 do Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em até Duas Séries, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Brasoil Manati Exploração Petrolífera S.A., celebrado em 23 de dezembro de 2010)

BRASOIL MANATI EXPLORAÇÃO PETROLÍFERA S.A.


Nome: **André Guimarães**
Cargo: **Director**
CPF 045.475.447-79

180 Ofício de Notas - Tabelião Luis Vitoriano Vieira Teixeira
Av. Presidente Vargas, 435 12. andar - RJ - Tel. 2507-6151 - MO 601903

Reconheço por semelhança a(s) firma(s)
ANDRE PEREIRA GUIMARAES-253/62-SGY21864

Rio de Janeiro, 27 de Dezembro de 2010 as 10:31:14

1- Em Testemunho da verdade.

FERNANDO RENAN DE OLIVEIRA - Autorizado - COS - 1

Firma 0.81 + Dados 3.02 + FETJ 0.76 + Fundos 0.39 = R\$4,97



Junta Comercial do Estado da Bahia

CERTIFICADO DE REGISTRO EM 28/12/2010 Nº ED000787001

Protocolo: 10/285888-8, de 28/12/2010

Empresa: 29.3.0003095-3
BRASOIL MANATI EXPLORAÇÃO
PETROLÍFERA S/A

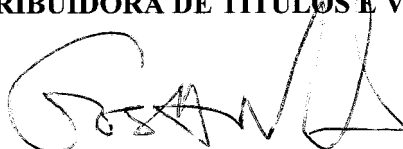

HÉLIO PORTELA RAMOS
SECRETÁRIO-GERAL

AB 0591559

6

(Página de Assinatura 2/2 do Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em até Duas Séries, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Brasoil Manati Exploração Petrolífera S.A., celebrado em 23 de dezembro de 2010)

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.



Nome: Gustavo Deozouart T. Pinto
Cargo: Procurador

Testemunhas:



Nome: Virgílius Cunha de Almeida
CPF: 367.962.066-20



Nome: Helia Fernanda Gonçalves Silva
CPF: 039.624.365-52

15. OFÍCIO DE NOTAS BARRA DA TIJUCA-FERNANDA DE FREITAS LEITÃO-TABEIÁ
Av. das Americas, 500 BL11 loja 106 Downtown (021) 3154-7161

RECONHECO POR SEMELHANÇA a(s) firma(s) de:

GUSTAVO DEZOUZART TEIXEIRA PINTO.....

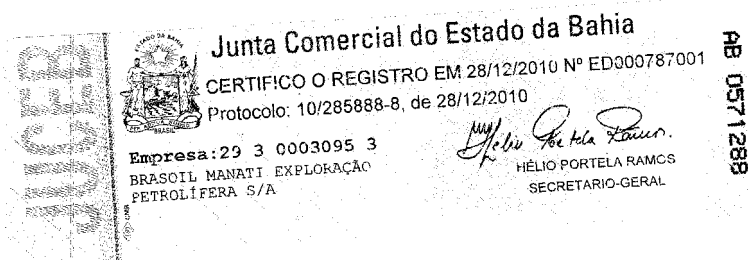
SELO(S): SGY02942

Rio de Janeiro, 27 de Dezembro de 2010

FUNPERJ:0,19 FUNDEPERJ:0,19 FETJ:0,76 EMOL:3,83 TOTAL:4,97

Em Testemunho

MAT:94-8970-LUIZ CLAUDIO SILVA DE BRITTO-ESCREVENTE



AB 0571283

ESCRITURA CONSOLIDADA

CLÁUSULA I AUTORIZAÇÕES



2.1. Dispensa de Registro na Comissão de Valores Mobiliários e na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais

2.1.1. A Emissão será realizada nos termos da Instrução CVM 476, e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.

2.1.2. A Emissão não será registrada na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (“ANBIMA”) por se tratar de oferta pública com esforços restritos de colocação, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro na ANBIMA, nos termos do parágrafo 1º do artigo 25 do “Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários”, datado de 9 de junho de 2010.

2.2. Arquivamento nas Juntas Comerciais e Publicação das Atas de Assembleia Geral Extraordinária e Reuniões de Sócios

2.2.1. A ata da AGE foi arquivada na Junta Comercial do Estado da Bahia (“JUCEB”) em 17 de dezembro de 2010, sob nº 97056283, e será publicada no Diário Oficial do Estado da Bahia e no jornal A Tarde (“Jornais de Publicação”). O resultado do Procedimento de *Bookbuilding* (conforme abaixo definido), que definiu a quantidade de Debêntures (conforme abaixo definido) a ser alocada a cada série e a taxa final a ser utilizada para cálculo dos Juros Remuneratórios, foi ratificado (a) em reunião da Diretoria da Companhia realizada em 22 de dezembro de 2010, cuja ata será arquivada na JUCEB e publicada nos Jornais de Publicação, e (b) por meio de Aditamento à presente Escritura, que será arquivados na JUCEB; em ambos os casos, conforme previsto nesta Escritura.

2.2.2. A ata da Reunião de Sócios da Garantidora, que deliberou sobre a Garantia Fidejussória, e a ata da Reunião de Sócios da Controladora, que deliberou sobre o Penhor de Ações da Emissora e a Alienação Fiduciária de Ações da Emissora, serão registradas na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro (“JUCERJA”).

2.2.3. Os atos societários da Emissora que pela lei são passíveis de serem arquivados e publicados e que, eventualmente, venham a ser praticados após o registro da presente Escritura também serão arquivados na JUCEB e publicados nos Jornais de Publicação.

2.3. Arquivamento da Escritura na JUCEB

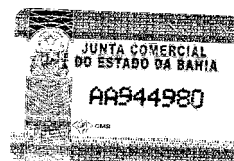
2.3.1. Esta Escritura e seus eventuais aditamentos (“Aditamentos”) serão arquivados na JUCEB, conforme disposto no artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações.

2.4. Constituição das Garantias Reais

2.4.1. As Garantias Reais descritas na Cláusula 3.11 desta Escritura serão devidamente constituídas mediante o registro dos Contratos de Garantia Real (conforme abaixo definido) nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Salvador, Estado da Bahia, da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e/ou da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, conforme o caso.

2.4.1.1. A Emissora deverá enviar ao Agente Fiduciário uma via original de cada Contrato de Garantia Real no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis após o respectivo registro nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos.

2.4.2. O Penhor de Ações da Emissora e a Alienação Fiduciária de Ações da Emissora (quando da implementação da Condição Suspensiva (conforme definido abaixo)) serão objeto de averbação no Livro de Registro de Ações Nominativas da Emissora.



2.4.2.1. A Emissora deverá enviar ao Agente Fiduciário uma cópia autenticada do Livro de Registro de Ações Nominativas da Emissora de forma a evidenciar as averbações de que trata a Cláusula 2.4.2 acima, conforme o caso, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis após a assinatura da presente Escritura e no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis após a implementação da Condição Suspensiva (conforme definido abaixo).

2.4.3. A presente Emissão somente poderá ter sua liquidação financeira efetuada quando todos os Contratos de Garantia Real forem devidamente registrados, na forma da Cláusula 2.4.1 acima, em conformidade com o inciso III do artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações.

2.5. Registro da Garantia Fidejussória

2.5.1. O Contrato de Garantia Fidejussória, por meio do qual é criada a Garantia Fidejussória descrita na Cláusula 3.10 desta Escritura, será devidamente registrado no competente Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Salvador, Estado da Bahia, da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, antes da liquidação financeira da presente Emissão.

2.5.1.1. A Emissora deverá enviar ao Agente Fiduciário uma via original do Contrato de Garantia Fidejussória no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis após o seu registro nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos.

2.6. Registro para Distribuição e Negociação

2.6.1. As Debêntures serão registradas para:

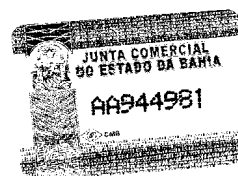
- (a) distribuição no mercado primário por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos (“SDT”), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (“CETIP”), sendo a distribuição liquidada por meio da CETIP; e
- (b) negociação no mercado secundário por meio do SND – Módulo Nacional de Debêntures (“SND”), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.6.2. Não obstante o descrito na Cláusula 2.6.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados (conforme definido abaixo) nos mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição pelo Investidor Qualificado, conforme disposto no artigo 13 da Instrução CVM 476, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

CLÁUSULA III CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Objeto Social da Emissora

3.1.1. A Emissora tem por objeto social: (a) a exploração, desenvolvimento e produção de acumulações de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos líquidos; (b) o refino de petróleo de origem nacional ou estrangeira; (c) a importação e exportação de produtos e subprodutos decorrentes das atividades referidas nos itens anteriores; (d) o transporte marítimo de petróleo bruto e gás natural de origem nacional, bem como de derivados de petróleo, além do transporte, através de dutos, de petróleo bruto, seus subprodutos e gás natural; (e) a realização de quaisquer outras atividades incidentais ou suplementares àquelas referidas nos itens anteriores; e (f) a participação como acionista ou quotista em outras sociedades.



3.2. Número da Emissão

3.2.1. A presente Escritura constitui a primeira emissão de Debêntures da Emissora.

3.3. Valor Total da Emissão

3.3.1. O valor total da Emissão é de R\$ 160.000.000,00 (cento e sessenta milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definido abaixo).

3.4. Número de Séries

3.4.1. A Emissão será realizada em 2 (duas) séries, conforme apurado em Procedimento de *Bookbuilding*, sendo as debêntures objeto da Oferta distribuídas no âmbito da primeira série doravante denominadas "Debêntures da Primeira Série", as debêntures objeto da Oferta distribuídas no âmbito da segunda série doravante denominadas "Debêntures da Segunda Série" e as Debêntures da Primeira Série, conjuntamente com as Debêntures da Segunda Série, doravante denominadas "Debêntures".

3.4.2. A quantidade de Debêntures a ser alocada a cada série foi definida de acordo com a demanda das Debêntures pelos Investidores Qualificados, conforme apurada em Procedimento de *Bookbuilding*.

3.4.3. Uma vez confirmada a emissão das Debêntures da Primeira Série e das Debêntures da Segunda Série e definida a quantidade de Debêntures a ser alocada a cada série, em conformidade com o Procedimento de *Bookbuilding* e observado o disposto na Cláusula 3.5 abaixo, a presente Escritura deverá ser aditada de maneira a refletir tais informações.

3.4.4. A Emissora não poderá colocar as Debêntures da Segunda Série antes de colocadas todas as Debêntures da Primeira Série ou cancelado o saldo não colocado, nos termos do parágrafo 3º do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações.

3.5. Colocação e Procedimento de Distribuição

3.5.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de colocação, sob regime de melhores esforços de colocação das Debêntures, com a intermediação do Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão ("Coordenador Líder") e de outras instituições financeiras autorizadas a operar no sistema de distribuição de valores mobiliários que venham a ser convidadas pelo Coordenador Líder, em comum acordo com a Emissora, para participar da distribuição pública, com esforços restritos de colocação, das Debêntures, nos termos do "Contrato de Coordenação e Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, Sob Regime de Melhores Esforços, da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Duas Séries, da Brasoil Manati Exploração Petrolífera S.A.", celebrado entre a Emissora e o Coordenador Líder em 20 de dezembro de 2010 ("Contrato de Distribuição").

3.5.1.1. A Emissão está condicionada à obtenção de demanda dos Investidores Qualificados suficiente para a emissão de, no mínimo, 120 (cento e vinte) Debêntures no total (*i.e.*, considerando-se ambas as séries), perfazendo o montante de R\$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais) ("Valor Mínimo da Oferta"), observando-se o disposto na Cláusula 3.5.1.3 abaixo.

3.5.1.2. Não sendo realizada a distribuição do Valor Mínimo da Oferta, conforme previsto na Cláusula 3.5.1.1 acima, a Oferta será imediatamente cancelada pela Emissora, que deverá comunicar imediatamente aos Investidores Qualificados interessados em adquirir as Debêntures sobre o cancelamento da Oferta, mediante publicação de aviso no jornal A Tarde, bem como na página da Emissora na rede mundial de computadores (<http://www.brasoilcorp.com>). Nesse caso, os valores até



então integralizados pelos Investidores Qualificados serão devolvidos pela Emissora, sem adição de juros ou correção monetária, conforme previsto na Cláusula XIX do Contrato de Distribuição.

3.5.1.3. Será admitida a distribuição parcial das Debêntures, sendo que a manutenção da Oferta está condicionada à subscrição do Valor Mínimo da Oferta, conforme Cláusula 3.5.1.1 acima, bem como à alocação mínima por série, conforme previsto na Cláusula 3.4.2 desta Escritura.

3.5.2. O plano de distribuição das Debêntures seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476, conforme previsto no Contrato de Distribuição. Para tanto, o Coordenador Líder poderá acessar, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados, sendo possível a subscrição ou aquisição por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados.

3.5.2.1. Nos termos da Instrução CVM 476 e para fins da Oferta, são considerados "Investidores Qualificados": (a) todos os fundos de investimento, ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (b) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no inciso IV do artigo 109 da Instrução da CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, que obrigatoriamente subscreverão e integralizarão, no âmbito da Oferta, Debêntures no montante mínimo de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

3.5.2.2. As Partes comprometem-se a não realizar a busca de investidores por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos da Instrução CVM 476.

3.5.2.3. A Emissora obriga-se a: (a) não contatar ou fornecer informações acerca da Oferta a qualquer investidor, exceto se previamente acordado com o Coordenador Líder; e (b) informar ao Coordenador Líder, até o Dia Útil imediatamente subsequente, a ocorrência de contato que receba de potenciais investidores que venham a manifestar seu interesse na Oferta, comprometendo-se desde já a não tomar qualquer providência em relação aos referidos potenciais investidores neste período.

3.5.2.4. Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos para a Oferta, sendo que o Coordenador Líder, com expressa e prévia anuência da Emissora, organizará o plano de distribuição nos termos da Instrução CVM 476, tendo como público alvo Investidores Qualificados apenas, observado ainda o disposto no artigo 4º da Instrução CVM 476.

3.5.2.5. Não será constituído fundo de manutenção de liquidez e não será firmado contrato de estabilização de preços com relação às Debêntures.

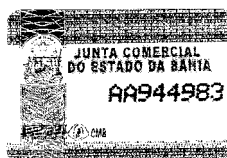
3.5.2.6. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelo Coordenador Líder aos Investidores Qualificados interessados em adquirir as Debêntures.

3.5.2.7. Não haverá preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Emissora.

3.6. Coleta de Intenções de Investimento (Procedimento de *Bookbuilding*)

3.6.1. Será adotado o procedimento de *bookbuilding*, organizado pelo Coordenador Líder, para a definição da emissão das Debêntures da Primeira Série e das Debêntures da Segunda Série e, em sendo confirmada a emissão das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série, para a definição da quantidade de Debêntures a ser alocada a cada série e da taxa final a ser utilizada para cálculo dos Juros Remuneratórios ("Procedimento de *Bookbuilding*"), respeitando-se, para tanto, as disposições constantes da Instrução CVM 476, conforme aplicável.

3.6.2. O resultado do Procedimento de *Bookbuilding* será ratificado em reunião da Diretoria da Companhia e por meio de Aditamento à presente Escritura, conforme previsto na cláusula 2.2.1 acima.



67

3.7. Limite da Emissão

3.7.1. A Emissão atende ao limite previsto na alínea “a” do parágrafo 1º do artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, tendo em vista que o volume da Emissão não ultrapassa 80% (oitenta por cento) do valor dos bens gravados com as Garantias Reais, avaliados em 30 de setembro de 2010, de acordo com o Laudo de Avaliação datado de 3 de dezembro de 2010, elaborado por Apsis Consultoria Empresarial Ltda.

3.7.2. O Agente Fiduciário confirma, nesta data e por este instrumento, que verificou o atendimento dos limites previstos na alínea “a” do parágrafo 1º do artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, com base no Laudo de Avaliação acima mencionado.

3.7.3. A Companhia neste ato declara que, desde 3 de dezembro de 2010, não houve quaisquer mudanças que pudessem alterar de forma relevante os valores correspondentes às Garantias Reais, conforme calculados nos termos do Laudo de Avaliação, e que pudessem impactar o valor limite para a Emissão, conforme o disposto na Cláusula 3.7.1 acima.

3.7.4. Para fins de verificação da manutenção da suficiência das Garantias Reais, o Laudo de Avaliação deverá ser atualizado e enviado ao Agente Fiduciário anualmente, a cada aniversário contado da Data de Emissão, com base nas demonstrações financeiras de 30 de setembro imediatamente anterior.

3.8. Banco Mandatário e Instituição Depositária

3.8.1. O banco mandatário e instituição depositária da Emissão é o Banco Bradesco S.A. (“Banco Mandatário” e “Instituição Depositária”, sendo que essas definições incluem qualquer outra instituição que venha a suceder o Banco Mandatário e a Instituição Depositária). A Instituição Depositária será responsável por efetuar a escrituração das Debêntures.

3.9. Destinação dos Recursos

3.9.1. Os recursos líquidos obtidos pela Emissora por meio da integralização das Debêntures serão utilizados para pagamento antecipado da dívida decorrente do contrato de empréstimo (*Intercompany Credit Agreement*) celebrado entre a Companhia e a Brasoil Finco, LLC em 2 de abril de 2007, no montante de principal atual de aproximadamente US\$ 73.000.000,00 (correspondente, nesta data, a aproximadamente R\$ 124.100.000,00), devendo a Brasoil Finco, LLC, por sua vez, utilizar os recursos recebidos para o pagamento antecipado da dívida decorrente de contrato de empréstimo (*Brasoil Finco, LLC's US\$100,000,000 Senior Secured Term Loan*), celebrado entre a Brasoil Finco, LLC, a Brasoil Round 9 Exploração Petrolífera Ltda., a Brasoil do Brasil Exploração Petrolífera S.A., a Brasoil 1, LLC, a Brasoil 2, LLC, a Brasoil 3, LLC, a Brasoil 1 Holdings, a Brasoil 2 Holdings, a Brasoil 3 Holdings, a Starck Holdings, LLC e a Bahia Partnership, LLC, e o Deutsche Bank Trust Company Americas, em 2 de abril de 2007, conforme alterado, no montante de principal atual de aproximadamente US\$ 73.000.000,00 (correspondente, nesta data, a aproximadamente R\$ 124.100.000,00) (“Contrato de Empréstimo”). Na hipótese do montante captado por meio da presente Emissão ser superior ao necessário para que a Companhia efetue os pagamentos acima referidos, o valor remanescente será utilizado para: (a) pagamento de dividendos à Controladora, que serão utilizados para o pagamento antecipado de dívida remanescente de sua controladora, Brasoil do Brasil Exploração Petrolífera S.A., decorrente da Segunda Emissão Privada de Debêntures Conversíveis, Subordinadas e Quirografárias, da Brasoil do Brasil Exploração Petrolífera S.A., emitidas em 13 de agosto de 2009, com vencimento em 15 de janeiro de 2040; (b) financiamento de futuras despesas de capital; e (c) financiamento dos demais objetivos sociais da Companhia e suas afiliadas.



9

3.10. Garantia Fidejussória

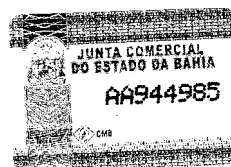
3.10.1. Como garantia do fiel, integral e pontual pagamento de todas as obrigações assumidas ou que venham a ser assumidas pela Companhia relativas às Debêntures e demais obrigações assumidas no âmbito da Emissão, a Garantidora constituiu (e quaisquer outras subsidiárias da Emissora que venham a ser criadas de tempos em tempos constituirão) garantia fidejussória nos termos do “Instrumento Particular de Constituição e Prestação de Garantia Fidejussória”, celebrado em 20 de dezembro de 2010, entre a Garantidora, a Emissora, o Agente Fiduciário e o Agente de Garantia (conforme abaixo definido) (“Contrato de Garantia Fidejussória” e “Garantia Fidejussória”, respectivamente). A Garantidora se obrigou, perante os titulares das Debêntures (“Debenturistas”), na melhor forma de direito, na qualidade de devedora solidária e principal pagadora de todas as obrigações da Emissora relativas às Debêntures e demais obrigações assumidas no âmbito da Emissão, até sua final liquidação, com renúncia expressa aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 821, 827, 834, 837, 838 e 839, todos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada (“Código Civil”), e artigos 77 e 595 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada (“Código de Processo Civil”).

3.10.2. A Garantia Fidejussória foi prestada pela Garantidora em caráter irrevogável e irretratável e vigorará até o integral cumprimento, pela Emissora, de todas as suas obrigações decorrentes desta Escritura, inclusive honorários do Agente Fiduciário e despesas judiciais incorridas pelo Agente Fiduciário na execução das garantias previstas nesta Escritura, nos termos previstos no Contrato de Garantia Fidejussória e em conformidade com o artigo 818 do Código Civil.

3.11. Garantias Reais

3.11.1. Como garantia do fiel, integral e pontual pagamento de todas as obrigações assumidas ou que venham a ser assumidas pela Companhia relativas às Debêntures e demais obrigações assumidas no âmbito da Emissão, a Emissora e a Controladora, conforme o caso, ofereceram em garantia aos Debenturistas, representados pelo Fiduciário, os bens e/ou direitos mencionados abaixo (“Garantias Reais” e, em conjunto com a Garantia Fidejussória, “Garantias”):

- (a) penhor de segundo grau de 100% (cem por cento) das ações de emissão da Companhia de titularidade da Controladora (“Ações da Emissora”) (e quaisquer ações, valores mobiliários e demais direitos emitidos em substituição às Ações da Emissora), juntamente com todos os frutos, rendimentos e vantagens que forem atribuídos às Ações da Emissora, bem como quaisquer bens em que as Ações da Emissora sejam convertidas, inclusive quaisquer certificados de depósitos, valores mobiliários ou títulos de crédito, formalizado por meio do “Contrato de Penhor de Ações e Outras Avenças”, celebrado em 20 de dezembro de 2010, entre a Controladora, o Agente de Garantia, o Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão, na qualidade de banco depositário, a Companhia e o Agente Fiduciário (“Contrato de Penhor de Ações”), e de anotação no Livro de Registro de Ações Nominativas da Emissora (“Penhor de Ações da Emissora”). O Penhor de Ações da Emissora será válido até a implementação da condição suspensiva prevista no Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, qual seja, (i) a liberação do penhor das ações outorgado no âmbito do Contrato de Empréstimo; e (ii) a liberação do penhor de ações outorgado no âmbito do próprio Penhor de Ações da Emissora (“Condição Suspensiva”). Com a implementação da Condição Suspensiva, o Penhor de Ações da Emissora se extinguirá automaticamente;
- (b) alienação fiduciária de 100% (cem por cento) das Ações da Emissora (e quaisquer ações, valores mobiliários e demais direitos emitidos em substituição às Ações da Emissora), juntamente com todos os frutos, rendimentos e vantagens que forem atribuídos às Ações da Emissora, bem como quaisquer bens em que as Ações da Emissora sejam convertidas, inclusive quaisquer certificados de depósitos, valores mobiliários ou títulos de crédito, formalizada por meio do “Contrato de Alienação Fiduciária de Ações em Garantia e Outras Avenças”, celebrado em 20 de dezembro de 2010, entre a Controladora, o Agente de Garantia,

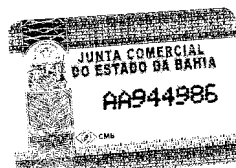


o Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão, na qualidade de banco depositário, o Agente Fiduciário e a Companhia (“Contrato de Alienação Fiduciária de Ações”), e de anotação no Livro de Registro de Ações Nominativas da Emissora (“Alienação Fiduciária de Ações da Emissora”). A Alienação Fiduciária de Ações da Emissora será válida a partir da implementação da Condição Suspensiva;

- (c) cessão condicional da posição contratual da Companhia, incluindo todos os direitos e obrigações, com relação a determinados contratos da Companhia relativos ao Bloco BCAM-40, formalizada por meio do “Contrato de Cessão Condicional de Documentos em Garantia e Outras Avenças”, celebrado em 20 de dezembro de 2010, entre a Companhia, o Agente Fiduciário e o Agente de Garantia (“Contrato de Cessão Condicional de Documentos” e “Cessão Condicional de Documentos”, respectivamente); e
- (d) cessão fiduciária de: (a) todos os direitos de crédito, direitos a rendimentos, reivindicações e outros recebíveis detidos pela Companhia, decorrentes da produção de petróleo e gás natural no Bloco BCAM-40, bem como de sua comercialização, por meio de contratos de compra e venda de petróleo e gás natural; (b) direitos de crédito com relação a uma conta vinculada (“Conta Vinculada”) na qual a Emissora instruirá para que sejam depositados todos os valores das operações comerciais decorrentes de sua participação no Contrato de Concessão nº 48000.003518/97-82, de 6 de agosto de 1998, conforme aditado, relativo ao Bloco BCAM-40, incluindo os direitos de crédito mencionados na alínea “a” acima; (c) todos os juros, dividendos e outras rendas decorrentes dos saldos e fundos da Conta Vinculada de tempos em tempos mantidos na referida Conta Vinculada; (d) direitos de crédito com relação a contas correntes de titularidade da Emissora, de livre e exclusiva movimentação pela Emissora (“Conta Movimento”); (e) todos os juros, dividendos e outras rendas decorrentes dos saldos e fundos de tempos em tempos mantidos na referida Conta Movimento; (f) a todos os montantes e equivalentes em espécie, de tempos em tempos, mantidos na Conta Movimento; e (g) todos os investimentos e produtos da propriedade da Companhia, depositados de tempos em tempos na Conta Vinculada e/ou na Conta Movimento, incluindo juros, dividendos, prêmios e outros rendimentos derivados de tais fundos e investimentos e tudo que for recebido mediante cobrança, troca, venda ou qualquer disposição de tal propriedade, e todos e quaisquer ativos recebidos, recebíveis ou de outra forma distribuídos com relação a tais investimentos e aos documentos ou instrumentos relacionados (tais recebíveis, previstos nas alíneas “a”, “b” e “c” desta aliena “d”, em conjunto com as Ações da Emissora, a participação da Emissora nas reservas de petróleo e gás natural do Bloco BCAM-40, e os demais ativos imobilizados de propriedade da Emissora, atribuídos a esta nos termos do Contrato de Concessão acima referido ou do Contrato de Operação Conjunta relativo a essa concessão (exceto ações ou quotas representativas do capital social da Garantidora) simplesmente denominados “Ativos da Manati”), formalizada por meio do “Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia e Outras Avenças”, celebrado em 20 de dezembro de 2010, entre a Companhia, o Agente de Garantia, o Agente Fiduciário e o Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão, na qualidade de banco depositário (“Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis” e “Cessão Fiduciária de Recebíveis”, respectivamente, sendo o Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis, o Contrato de Penhor de Ações, o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e o Contrato de Cessão Condicional de Documentos, em conjunto, “Contratos de Garantia Real”, e os Contratos de Garantia Real e o Contrato de Garantia Fidejussória, em conjunto, os “Documentos de Garantia”).

3.11.1.1. As Ações da Emissora correspondem a R\$ 339.400.000,00 (trezentos e trinta e nove milhões e quatrocentos mil reais), tendo sido este valor apurado na data base de 30 de setembro de 2010, conforme Laudo de Avaliação datado de 3 de dezembro de 2010, elaborado por Apsis Consultoria Empresarial Ltda.

3.11.2. A presente Emissão terá como agente de garantia o Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão (“Agente de Garantia”), cujos direitos e obrigações estão definidos no Contrato de Prestação de



Serviços de Agente de Garantia e Outras Avenças e no Contrato de Administração de Contas e Outras Avenças, ambos celebrados em 20 de dezembro de 2010 entre a Emissora, o Agente de Garantia e o Agente Fiduciário, bem como em cada um dos Documentos de Garantia, conforme aplicável, devendo esta Escritura ser aditada em caso de renúncia ou destituição do Agente de Garantia.

3.11.2.1. É facultado aos Debenturistas, a qualquer tempo, proceder à substituição do Agente de Garantia e à indicação de seu substituto em Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido abaixo) especialmente convocada para esse fim, no modo e prazos estipulados na Cláusula X desta Escritura e no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações, conforme aplicável.

3.11.3. Ocorrendo um Evento de Inadimplemento (conforme abaixo definido), nos termos pactuados nesta Escritura, deverão ser observadas as disposições dos Documentos de Garantia com relação à retenção dos Ativos da Manati, bem como as demais disposições aplicáveis nos termos dos referidos Documentos de Garantia com relação à ocorrência de um Evento de Inadimplemento.

3.11.4. Ocorrendo um Evento de Inadimplemento e tendo ocorrido o vencimento antecipado das obrigações da Emissora em relação às Debêntures, nos termos pactuados nesta Escritura, deverão ser observadas as disposições dos Documentos de Garantia com relação à utilização dos recursos recebidos em decorrência da excussão das Garantias Reais.

3.11.4. Os principais termos e condições aplicáveis às Garantias, bem como os direitos e obrigações delas decorrentes, estão detalhados nos Documentos de Garantia.

3.11.5. Fica certo e ajustado o caráter não excludente, mas cumulativo entre si, da Garantia Fidejussória, do Penhor de Ações da Emissora, da Alienação Fiduciária de Ações da Emissora (a partir da implementação da Condição Suspensiva), da Cessão Condicional de Documentos e da Cessão Fiduciária de Recebíveis, podendo o Agente de Garantia, mediante instruções do Agente Fiduciário, executar todas ou cada uma delas indiscriminadamente, conjunta ou separadamente, para os fins de amortizar ou liquidar as obrigações pecuniárias da Emissora devidas nos termos das Debêntures e assumidas nesta Escritura.

3.11.6. O Agente de Garantia seguirá instruções do Agente Fiduciário, que por sua vez seguirá a orientação dos Debenturistas reunidos em assembleia geral com relação à realização privada das Garantias, sendo que a instrução dos Debenturistas deverá contemplar procedimento que, de boa fé, vise a tentar obter (se a excussão for por meio de realização privada das Garantias) o maior valor possível para tais Garantias.

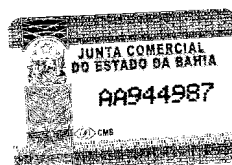
CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Características Básicas

4.1.1. **Data de Emissão:** Para todos os fins e efeitos, a data de emissão das Debêntures será o dia 4 de janeiro de 2011 ("Data de Emissão").

4.1.2. **Conversibilidade, Tipo e Forma:** As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações. As Debêntures serão escriturais e nominativas, sem emissão de cautelas ou certificados.

4.1.3. **Espécie:** As Debêntures serão da espécie com garantia real, respeitado o estabelecido na alínea "a" do parágrafo 1º do artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, conforme o disposto na Cláusula 3.7 acima.



4.1.4. Prazo e Datas de Vencimento: As Debêntures da Primeira Série terão prazo de vencimento de 84 (oitenta e quatro) meses a contar da Data de Emissão, com vencimento final previsto para 4 de janeiro de 2018 ("Data de Vencimento da Primeira Série"). As Debêntures da Segunda Série terão prazo de vencimento de 78 (setenta e oito) meses a contar da Data de Emissão, com vencimento final previsto para 4 de julho de 2017 ("Data de Vencimento da Segunda Série"). Na respectiva Data de Vencimento da Primeira Série e na respectiva Data de Vencimento da Segunda Série, a Emissora se obriga a proceder à liquidação das Debêntures da Primeira Série e das Debêntures da Segunda Série, respectivamente, que ainda estiverem em circulação, pelo seu Valor Nominal Unitário (conforme abaixo definido) ou Saldo do Valor Nominal Unitário (conforme abaixo definido) atualizado pela Atualização Monetária (conforme definido abaixo) desde a Data de Emissão ou a Data de Amortização (conforme definido abaixo) imediatamente anterior, conforme o caso, até a Data de Vencimento da Primeira Série ou a Data de Vencimento da Segunda Série, conforme o caso, acrescido dos Juros Remuneratórios calculados *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios (conforme definido abaixo) imediatamente anterior, conforme o caso, até a Data de Vencimento da Primeira Série ou a Data de Vencimento da Segunda Série, conforme o caso.

4.1.5. Valor Nominal Unitário: O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").

4.1.6. Quantidade de Debêntures: Serão emitidas 160 (cento e sessenta) Debêntures, sendo 80 (oitenta) Debêntures da Primeira Série e 80 (oitenta) Debêntures da Segunda Série.

4.2. Remuneração

4.2.1. Atualização Monetária: As Debêntures terão o seu Valor Nominal Unitário (ou o seu Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso) atualizado, a partir da Data de Emissão (ou da Data de Amortização imediatamente anterior, conforme aplicável), pela variação do Índice Geral de Preços – Mercado – IGP-M ("IGP-M"), apurado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("FGV" e "Atualização Monetária", respectivamente), sendo o produto da Atualização Monetária automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou ao Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso).

4.2.1.1. A Atualização Monetária será paga na periodicidade e proporção previstas na Cláusula 4.3 abaixo (ou na data da liquidação antecipada das Debêntures resultante: (a) do vencimento antecipado das Debêntures, em razão da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento; ou (b) do Resgate Antecipado Facultativo, conforme aplicável).

4.2.1.2. A Atualização Monetária será calculada conforme a seguinte fórmula:

$$VNa = VNe \times C$$

onde,

VNa = Valor Nominal Unitário atualizado ou Saldo do Valor Nominal Unitário atualizado, conforme o caso, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

C = fator acumulado das variações mensais do IGP-M, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:



$$C = \prod_{k=1}^n \left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}}$$

onde,

n = número total de índices considerados na Atualização Monetária, sendo “n” um número inteiro;

NI_k = valor do número-índice do IGP-M do mês anterior ao mês de atualização, caso a atualização seja em data anterior ou na própria data de aniversário das Debêntures; após a data de aniversário respectiva, o “NI_k” corresponderá ao valor do número índice do IGP-M do mês de atualização;

NI_{k-1} = valor do número-índice do IGP-M do mês anterior ao mês “k”;

dup = número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou a última data de aniversário das Debêntures e a data de cálculo, limitado ao número total de Dias Úteis de vigência do número-índice do IGP-M, sendo “dup” um número inteiro; e

dut = número de Dias Úteis contidos entre a última e próxima data de aniversário das Debêntures, sendo “dut” um número inteiro.

4.2.1.3. Observações:

- (a) o número-índice do IGP-M deverá ser utilizado considerando-se idêntico número de casas decimais daquele divulgado pela FGV;
- (b) a aplicação do IGP-M incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor;
- (c) considera-se como “data de aniversário” todo dia 4 de cada mês, e caso referida data não seja Dia Útil, o primeiro Dia Útil subsequente. Considera-se como mês de atualização o período mensal compreendido entre 2 (duas) datas de aniversários consecutivas;
- (d) o fator resultante da expressão $\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}}$ é considerado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento; e
- (e) o produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

4.2.1.4. No caso de indisponibilidade temporária do IGP-M, quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será utilizado, em sua substituição, o último número-índice divulgado, calculado *pro rata temporis* por Dias Úteis, não cabendo, porém, quando da divulgação do número-índice devido, quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas. Se a não divulgação do IGP-M for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção ou impossibilidade legal de aplicação às Debêntures, ou determinação judicial, o Agente Fiduciário, no caso de não haver substituto legal do IGP-M, deverá, no prazo máximo de 2 (dois) Dias



Úteis a contar do evento, convocar a Assembleia Geral de Debenturistas (no modo e prazos estipulados na Cláusula X desta Escritura e no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações), para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo da Atualização Monetária.

4.2.1.5. Caso não haja acordo sobre o novo índice para Atualização Monetária entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 66% (sessenta e seis por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo), a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, pelo Valor Nominal Unitário (ou Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso), atualizado pela Atualização Monetária nos termos desta Cláusula 4.2.1 e acrescido dos Juros Remuneratórios devidos até a data do efetivo resgate, calculados *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão (ou da Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso), utilizando-se o último número-índice divulgado oficialmente.

4.2.2. **Juros Remuneratórios:** Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou sobre o Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso), atualizado pela Atualização Monetária nos termos da Cláusula 4.2.1 acima, incidirão juros remuneratórios de 9,60% (nove inteiros e sessenta centésimos por cento) ao ano ("Juros Remuneratórios" e, em conjunto com a Atualização Monetária, "Remuneração"). Os Juros Remuneratórios serão calculados em regime de capitalização composta de forma exponencial *pro rata temporis*, por Dias Úteis decorridos, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, a partir da Data de Emissão (ou da Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso) e até a data de seu efetivo pagamento.

4.2.2.1. Observada a periodicidade prevista na Cláusula 4.4 abaixo, os Juros Remuneratórios serão pagos ao final de cada Período de Capitalização ou na data da liquidação antecipada das Debêntures resultante: (a) do vencimento antecipado das Debêntures, em razão da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento; ou (b) do Resgate Antecipado Facultativo, conforme aplicável.

4.2.2.2. Os Juros Remuneratórios serão calculados com base na seguinte fórmula:

$$J = VNa \times [FatorJuros - 1]^T$$

onde,

J = valor dos Juros Remuneratórios devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNa = Valor Nominal Unitário atualizado ou Saldo do Valor Nominal Unitário atualizado, conforme o caso, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros fixos, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a seguinte fórmula:

$$FatorJuros = \left[\text{spread} + 1 \right]^{\frac{DP}{252}}$$

onde,

spread = 0,0960;

C



DP = número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou a Data de Pagamento de Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, e a data atual, sendo “DP” um número inteiro.

4.2.2.3. Uma vez definida a taxa final a ser utilizada para cálculo dos Juros Remuneratórios, em conformidade com o Procedimento de *Bookbuilding*, a presente Escritura será aditada de maneira a refletir tal informação.

4.2.3. Para fins da presente Escritura, a expressão “Dia(s) Útil(eis)” significa qualquer dia, exceto pelos sábados ou domingos ou dia em que os bancos deverão ou poderão, por lei ou ordem executiva, estar fechados na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, conforme estabelecido pelo Banco Central do Brasil.

4.2.4. Para fins da presente Escritura, entende-se por “Período de Capitalização” o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na próxima Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios correspondente ao período em questão. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade até o vencimento das Debêntures.

4.2.5. Para fins da presente Escritura, a expressão “Saldo do Valor Nominal Unitário” significa o Valor Nominal Unitário das Debêntures remanescente após cada Data de Amortização (conforme abaixo definido).

4.3. Amortização

4.3.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em parcelas anuais, iguais e consecutivas, sendo cada uma delas atualizada monetariamente pela Atualização Monetária, na forma da Cláusula 4.2.1 desta Escritura, desde a Data de Emissão, observado que:

- (a) com relação às Debêntures da Primeira Série, o pagamento será sempre realizado no dia 4 do mês de janeiro de cada ano, sendo a primeira amortização realizada em 4 de janeiro de 2013 e a última amortização na Data de Vencimento da Primeira Série (“Datas de Amortização da Primeira Série”), conforme tabela a seguir:

Parcela	Datas de Amortização da Primeira Série	Percentual do Valor Nominal Unitário (na Data de Emissão) a ser Amortizado
1ª	4 de janeiro de 2013	16,6667%
2ª	4 de janeiro de 2014	16,6667%
3ª	4 de janeiro de 2015	16,6667%
4ª	4 de janeiro de 2016	16,6667%
5ª	4 de janeiro de 2017	16,6667%
6ª	4 de janeiro de 2018	16,6665%

- (b) com relação às Debêntures da Segunda Série, o pagamento será sempre realizado no dia 4 do mês de julho de cada ano, sendo a primeira amortização realizada em 4 de julho de 2012 e a última amortização na Data de Vencimento da Segunda Série (“Datas de Amortização da Segunda Série”) e, em conjunto com as Datas de Amortização da Primeira Série, “Datas de Amortização”), conforme tabela a seguir:



Parcela	Datas de Amortização da Segunda Série	Percentual do Valor Nominal Unitário (na Data de Emissão) a ser Amortizado
1ª	4 de julho de 2012	16,6667%
2ª	4 de julho de 2013	16,6667%
3ª	4 de julho de 2014	16,6667%
4ª	4 de julho de 2015	16,6667%
5ª	4 de julho de 2016	16,6667%
6ª	4 de julho de 2017	16,6665%

4.4. Periodicidade de Pagamento dos Juros Remuneratórios

4.4.1. O pagamento dos Juros Remuneratórios será feito anualmente, a partir da Data de Emissão, observado que:

- (a) com relação às Debêntures da Primeira Série, o pagamento será sempre realizado no dia 4 do mês de janeiro de cada ano, sendo o primeiro pagamento devido em 4 de janeiro de 2012 e o último pagamento na Data de Vencimento da Primeira Série (cada uma dessas datas, uma "Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série"); e
- (b) com relação às Debêntures da Segunda Série, o pagamento será realizado no dia 4 do mês de julho de cada ano, sendo o primeiro pagamento devido em 4 de julho de 2012 e o último pagamento na Data de Vencimento da Segunda Série (cada uma dessas datas, uma "Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série" e, em conjunto com a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série, "Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios").

4.5. Local de Pagamento

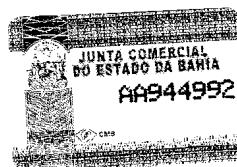
4.5.1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora utilizando-se, conforme o caso: (a) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND; e/ou (b) os procedimentos adotados pelo Banco Mandatário, para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP.

4.6. Prorrogação dos Prazos

4.6.1. Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação decorrente desta Escritura por quaisquer das Partes, inclusive pelos Debenturistas, no que se refere ao pagamento do preço de subscrição das Debêntures, até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se a data do vencimento coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário no local de pagamento das Debêntures, conforme indicado na Cláusula 4.5 acima, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

4.7. Encargos Moratórios

4.7.1. Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso ficarão sujeitos a: (a) juros de mora calculados *pro rata temporis* desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, pela taxa de 1% (um por cento) ao mês sobre o montante devido; e (b) multa moratória convencional, irredutível e de natureza compensatória, de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago; em ambos os casos, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial ("Encargos Moratórios").



4.8. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

4.8.1. O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento da Remuneração e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.9. Preço de Subscrição

4.9.1. As Debêntures serão subscritas e integralizadas, no mercado primário, pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de sua integralização, de acordo com o disposto na Cláusula 4.2 desta Escritura.

4.10. Forma de Integralização

4.10.1. A integralização será realizada à vista, no ato da subscrição e em moeda corrente nacional, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP.

4.11. Repactuação

4.11.1. Não haverá repactuação das Debêntures.

4.12. Publicidade

4.12.1. Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente comunicados na forma de avisos, no jornal A Tarde, bem como na página da Emissora na rede mundial de computadores (<http://www.brasilcorp.com>) ("Avisos aos Debenturistas"), observado o estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações e as limitações impostas pela Instrução CVM 476 em relação à publicidade da oferta pública das Debêntures e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário a respeito de qualquer publicação na data da sua realização.

4.13. Comprovação de Titularidade das Debêntures

4.13.1. A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pela Instituição Depositária. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures, o extrato emitido pela CETIP, em nome do Debenturista, quando esses títulos estiverem custodiados eletronicamente no SND.

4.14. Imunidade de Debenturistas

4.14.1. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis antes da data prevista para recebimento de quaisquer valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

4.15. Classificação de Risco

4.15.1. Foi contratada como agência de classificação de risco da Oferta a Standard & Poor's, que atribuiu *rating* "br.A-" às Debêntures.



CLÁUSULA V
ADITAMENTO À PRESENTE ESCRITURA

5.1. Quaisquer Aditamentos a esta Escritura deverão ser celebrados pela Emissora e pelo Agente Fiduciário e posteriormente arquivados na JUCEB.

CLÁUSULA VI
RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO E AQUISIÇÃO FACULTATIVA

6.1. Resgate Antecipado Facultativo

6.1.1. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, observados os termos e condições estabelecidos a seguir e mediante deliberação em reunião de Conselho de Administração, a partir do 12º (décimo-segundo) mês (exclusive) após a Data de Emissão ("Período de Resgate Antecipado"), realizar o resgate antecipado total ou parcial das Debêntures no primeiro Dia Útil de cada mês ("Resgate Antecipado Facultativo").

6.1.1.1. O Resgate Antecipado Facultativo somente poderá ocorrer, observado os respectivos Períodos de Resgate Antecipado, mediante publicação de comunicação dirigida aos Debenturistas a ser amplamente divulgada nos termos da Cláusula 4.12 desta Escritura ("Comunicação de Resgate") com antecedência mínima de 30 (trinta) dias contados da data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo a ser implementado pela Emissora ("Data de Resgate Antecipado"). A Data de Resgate Antecipado deverá, obrigatoriamente, ser um Dia Útil. Todas as Debêntures que vierem a ser resgatadas serão liquidadas na mesma data.

6.1.2. Na Comunicação de Resgate deverá constar: (a) a Data de Resgate Antecipado respectiva; (b) se o Resgate Antecipado Facultativo será total ou parcial; (c) a menção de que o valor correspondente ao pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou o Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso) será devidamente atualizado pela Atualização Monetária desde a Data de Emissão (ou a Data de Amortização imediatamente anterior, conforme o caso) até a Data de Resgate Antecipado, acrescido (i) dos Juros Remuneratórios calculados *pro rata temporis* desde a Data de Emissão (ou a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso) até a Data de Resgate Antecipado, e (ii) de prêmio de resgate a ser calculado de acordo com a Cláusula 6.1.3 abaixo; e (d) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado Facultativo.

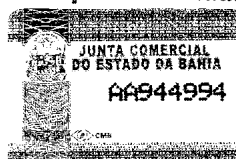
6.1.3. O prêmio de resgate a que farão jus os Debenturistas por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures será calculado de acordo com a fórmula abaixo:

$$P = \text{Valor de Resgate} * \text{Taxa do Prêmio}$$

onde:

P = prêmio de resgate, em Reais, apurado sobre o Valor de Resgate, calculado com 2 (duas) casas decimais, sem arredondamento;

Valor de Resgate = Valor Nominal Unitário das Debêntures ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, devidamente atualizado pela Atualização Monetária desde a Data de Emissão ou a Data de Amortização imediatamente anterior, conforme o caso, até a Data de Resgate Antecipado (observado que para o cálculo da Atualização Monetária será utilizado o IGP-M disponível à época da atualização), acrescido



dos Juros Remuneratórios calculados *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, até a Data de Resgate Antecipado; e

Taxa do Prêmio = taxa a ser aplicada, expressa em forma percentual, informada com 4 (quatro) casas decimais, de acordo com a tabela abaixo:

Data de Resgate Antecipado (mês contado a partir da Data de Emissão)	Taxa do Prêmio das Debêntures da Primeira Série e das Debêntures da Segunda Série
12-18	4,5000%
19-24	4,0000%
25-30	3,1625%
31-36	2,8853%
37-42	2,6002%
43-48	2,3069%
49-54	2,0051%
55-60	1,6945%
61-66	1,3749%
67-72	1,0460%
73-78	0,7074%
79-84	0,3589%

6.1.4. No caso de Resgate Antecipado Facultativo parcial, será adotado o critério de sorteio, que será realizado, pela Emissora, com base no número de inscrição de cada titular de Debêntures no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (conforme o caso), ambos do Ministério da Fazenda, nos termos do disposto no parágrafo 1º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações, observado, para tanto, o disposto na Cláusula 6.1.4.1 abaixo. Poderão estar presentes no sorteio os Debenturistas ou seus mandatários devidamente constituídos para este fim.

6.1.4.1. No caso do Resgate Antecipado Facultativo parcial mencionado acima, tal Resgate Antecipado Facultativo deverá ser realizado para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND, de acordo com os procedimentos adotados pela CETIP, observado que a operacionalização do Resgate Antecipado Facultativo será realizada por meio de "operação de compra e venda definitiva no mercado secundário", sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação da quantidade de Debêntures a serem resgatadas por Debenturistas serão realizadas fora do âmbito da CETIP. Caso a CETIP venha a implementar outra funcionalidade para operacionalizar o evento parcial, não haverá a necessidade de ajuste a esta Escritura ou qualquer outra formalidade.

6.1.5. No caso de Resgate Antecipado Facultativo total das Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente no SND, o Resgate Antecipado Facultativo total seguirá os procedimentos de liquidação de eventos adotados pela CETIP.

6.1.6. A CETIP deverá ser notificada pela Emissora sobre o respectivo Resgate Antecipado Facultativo com antecedência mínima de 2 (dois) Dias Úteis da respectiva Data de Resgate Antecipado.

6.1.7. As Debêntures resgatadas pela Emissora, conforme previsto nesta Cláusula VI, serão obrigatoriamente canceladas.



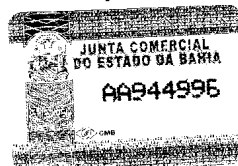
6.2. Aquisição Facultativa

6.2.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, a seu exclusivo critério, observadas as restrições de negociação e prazo previsto na Instrução CVM 476 e o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações, adquirir qualquer quantidade de Debêntures em Circulação, as quais poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula 6.2.1, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em Circulação.

CLÁUSULA VII VENCIMENTO ANTECIPADO

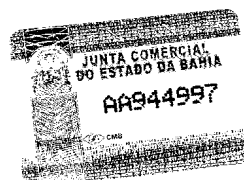
7.1. Observado o disposto nas Cláusulas 7.1.2 a 7.1.5 abaixo, o Agente Fiduciário deverá: (i) declarar antecipadamente vencidas, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, todas as obrigações decorrentes das Debêntures; (ii) notificar o Agente de Garantia sobre a declaração do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, conforme prevista no subitem "i" acima; e (iii) exigir o imediato pagamento pela Emissora, mediante o envio de notificação contendo as respectivas instruções para pagamento, do Valor Nominal Unitário ou do Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação, atualizado pela Atualização Monetária desde a Data de Emissão (ou a Data de Amortização imediatamente anterior, conforme o caso) até a data do seu efetivo pagamento e acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, ao tomar ciência da ocorrência de quaisquer das seguintes hipóteses (cada um desses eventos, um "Evento de Inadimplemento"):

- (a) ocorrência de (i) dissolução, liquidação ou extinção da Emissora; (ii) decretação de falência da Emissora e/ou de suas controladas; (iii) pedido de autofalência, por parte da Emissora e/ou de suas controladas; (iv) pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e/ou de suas controladas e não devidamente solucionado, por meio de pagamento ou depósito, rejeição do pedido, suspensão dos efeitos da declaração de falência, ou por outro meio, nos prazo máximo de 30 (trinta) dias; (v) apresentação de pedido, por parte da Emissora e/ou de suas controladas, de plano de recuperação extrajudicial a seus credores, independentemente de ter sido requerida homologação judicial do referido plano; (vi) ingresso pela Emissora e/ou suas controladas em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de seu deferimento pelo juiz competente; ou (vii) qualquer evento análogo que caracterize estado de insolvência da Emissora e/ou de suas controladas, incluindo acordo de credores, nos termos da legislação aplicável;
- (b) protesto de títulos contra a Emissora e/ou suas controladas diretas ou indiretas em valor individual ou agregado superior a R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais), por cujo pagamento a Emissora e/ou suas controladas diretas ou indiretas seja responsável, salvo se a Emissora comprovar em até 30 (trinta) dias contados do referido protesto que: (i) o protesto foi elidido no prazo legal; (ii) o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiros; (iii) o protesto foi cancelado; ou (iv) foram prestadas e aceitas pelo Poder Judiciário garantias em juízo;
- (c) (i) falta de pagamento, pela Emissora ou por qualquer de suas controladas diretas ou indiretas, de quaisquer obrigações pecuniárias, incluindo fianças ou garantias relativas a obrigações de performance (*performance bonds*) assumidas pela Emissora ou por qualquer de suas controladas diretas ou indiretas, cujo valor considerado, individual ou agregado, seja superior a R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais), salvo se tal falta de pagamento for sanada no prazo de cura aplicável nos termos do instrumento que regula a respectiva relação contratual; ou (ii)



declaração de vencimento antecipado de quaisquer obrigações financeiras assumidas pela Emissora ou por qualquer de suas controladas diretas ou indiretas, cujo valor considerado, individual ou agregado, seja superior a R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais), salvo se no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da declaração do respectivo vencimento antecipado a Emissora comprovar ao Agente Fiduciário que tal vencimento antecipado foi efetuado por erro ou má-fé de terceiros ou se, nesse mesmo prazo de 5 (cinco) Dias Úteis, tal declaração de vencimento antecipado tenha sido revertida;

- (d) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, não sanada no prazo de 3 (três) Dias Úteis;
- (e) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária (incluindo covenants não financeiros) estabelecida nesta Escritura, não sanada no prazo de 30 (trinta) dias contados da data do recebimento de notificação nesse sentido enviada pelo Agente Fiduciário, sendo que esse prazo não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo de cura específico;
- (f) alteração na composição societária da Emissora que resulte na alteração do controle acionário, direto ou indireto, da Emissora, exceto se: (i) o controle acionário direto ou indireto permaneça com qualquer dos atuais acionistas controladores da Emissora (assim entendidos como qualquer dos signatários do Investors Agreement, datado de 2 de abril de 2007, conforme alterado até a data de assinatura desta Escritura); ou (ii) a respectiva alteração na composição societária não resultar em rebaixamento da classificação do risco de crédito (*rating*) da Emissão para classificação igual ou inferior a "br.BBB+", em escala nacional pela Standard & Poor's (ou classificação de risco equivalente atribuída por outra agência de classificação de risco permitida nos termos desta Escritura). Para fins desta alínea, "controle acionário" significa o poder efetivamente utilizado de dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Emissora, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito. Há presunção relativa de titularidade do controle acionário em relação à pessoa ou ao grupo de pessoas vinculado por acordo de acionistas ou sob controle comum (grupo de controle) que seja titular de ações que lhe tenham assegurado a maioria absoluta dos votos dos acionistas presentes nas 3 (três) últimas assembleias gerais de acionistas da Emissora, ainda que não seja titular das ações que lhe assegurem a maioria absoluta do capital votante;
- (g) caso quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora, pela Controladora ou pela Garantidora nesta Escritura e/ou em qualquer dos Documentos de Garantia (conforme o caso) se mostrem substancialmente falsas ou inverídicas e tal fato possa, de qualquer forma, vir a prejudicar materialmente o cumprimento, pela Emissora, das obrigações decorrentes desta Escritura;
- (h) autuações pelos órgãos governamentais, de caráter fiscal, ambiental ou de defesa da concorrência, entre outros, contra a Emissora, de valor individual ou agregado superior a R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais), exceto se a Emissora comprovar que: (i) tal autuação foi contestada no prazo legal; ou (ii) em até 10 (dez) Dias Úteis contados da referida autuação que a mesma foi efetuada por erro ou má-fé ou foi cancelada;
- (i) realização por qualquer autoridade governamental de ato com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, totalidade ou parte dos ativos, propriedades ou das ações representativas do capital social da Emissora, ato este que, se realizado, possa causar um Efeito Adverso Relevante (conforme definido abaixo) nas atividades desenvolvidas pela Emissora;



- (j) não cumprimento de quaisquer decisões arbitrais definitivas ou sentenças judiciais transitadas em julgado proferidas em nome da Emissora e/ou de suas controladas diretas ou indiretas em montante individual ou agregado igual ou superior a R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais), excluindo-se valores cobertos por seguros, para as quais a Emissora e/ou a respectiva controlada não tenha feito provisão para pagamento, conforme aplicável;
- (k) alteração do objeto social disposto no Estatuto Social da Emissora vigente na data de assinatura desta Escritura;
- (l) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora, das obrigações assumidas nesta Escritura;
- (m) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedade por Ações;
- (n) intervenção, extinção, transferência ou alteração que vise acarretar ou acarrete a diminuição das quantidades mínimas e/ou do preço nesta data contratados nos termos dos Contratos de Compra e Venda de Gás (relativos ao Bloco BCAM-40) celebrados com a Petrobras – Petróleo Brasileiro S.A., por qualquer motivo exceto pelo término de prazo contratual, (i) de concessão detida pela Emissora ou por qualquer sociedade controlada direta ou indiretamente pela Emissora, para exploração, desenvolvimento, e produção de petróleo e gás natural no Bloco BCAM-40, e/ou (ii) da comercialização de hidrocarbonetos prevista pela Emissora ou suas controladas diretas e indiretas nos termos dos Contratos de Compra e Venda de Gás celebrados com a Petrobras – Petróleo Brasileiro S.A., em qualquer caso relativos ao Bloco BCAM-40;
- (o) não cumprimento das obrigações previstas nos Documentos de Garantia, cancelamento, revogação ou qualquer fato que importe em término ou perda da eficácia, total ou parcial, das Garantias;
- (p) criação ou permissão, por parte da Emissora ou de suas controladas diretas ou indiretas, da existência de quaisquer novos ônus ou gravames sobre os Ativos da Manati (e sobre os ativos que, no futuro, integrem os Ativos da Manati), exceto por penhoras ou depósitos judiciais para garantir direitos e obrigações trabalhistas, fiscais e judiciais da Emissora ou da controlada em questão desde que (i) constituídos sobre, ou relativos aos, recursos depositados na Conta Vinculada e (ii) sejam realizados em valor inferior a R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) ou sejam liberados em até 10 (dez) Dias Úteis contados de sua constituição;
- (q) não constituição, pela Emissora, de quaisquer das Garantias previstas nesta Escritura, na forma e prazo estabelecidos nesta Escritura e/ou nos respectivos Documentos de Garantia;
- (r) vencimento antecipado de qualquer dos Documentos de Garantia;
- (s) resgate ou amortização de ações e/ou redução de capital pela Emissora, exceto se: (i) a redução de capital ocorrer para absorção de prejuízos; ou (ii) for previamente aprovada por Debenturistas que representem, no mínimo, 66% (sessenta e seis por cento) das Debêntures em Circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas;
- (t) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações e licenças materiais (inclusive as ambientais relevantes) da Emissora, que sejam necessárias para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora, exceto se em até 15 (quinze) Dias Úteis (i) sejam obtidas pela Emissora novas autorizações ou licenças; ou (ii) a Emissora conteste de boa fé qualquer desses atos e obtenha, dentro desse período de 15 (quinze) Dias Úteis, medida cautelar ou liminar em seu favor suspendendo os efeitos da não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão;



- (u) não atendimento, pela Emissora, por dois períodos de verificação consecutivos, durante a vigência das Debêntures, de qualquer dos seguintes índices financeiros (“Índices Financeiros”), a serem verificados trimestralmente pelo Agente Fiduciário com base nas demonstrações financeiras trimestrais não consolidadas da Emissora, sendo que a primeira verificação do cumprimento dos Índices Financeiros pelo Agente Fiduciário deverá ocorrer até 31 de março de 2011 com relação aos números divulgados do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010:

(u.1) o índice obtido da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA não deverá ser superior a: (A) 3,0 (três vírgula zero) para as verificações realizadas entre 1º de janeiro de 2010 e 31 de dezembro de 2011, observado que, para fins da apuração realizada em março de 2012 com relação aos números relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, será considerado o *ratio* de 3,0 (três vírgula zero); (B) respeitado o disposto no subitem “A” desta alínea “u.1”, 2,50 (dois vírgula cinquenta) para as verificações realizadas entre 1º de janeiro de 2012 e 31 de dezembro de 2013, observado que, para fins da apuração realizada em março de 2014 com relação aos números relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, será considerado o *ratio* de 2,50 (dois vírgula cinquenta); e (C) respeitado o disposto no subitem “B” desta alínea “u.1”, 2,0 (dois vírgula zero) para as verificações realizadas a partir de 1º de janeiro de 2014;

(u.2) o índice obtido da divisão do EBITDA pelas Despesas Financeiras não deverá ser inferior a 2,0 (dois vírgula zero) para todo o período de apuração; e

(u.3) o índice de cobertura do serviço da dívida - ICSD não deverá ser inferior a 1,30 (um vírgula trinta) para todo o período de apuração;

onde,

“Dívida Líquida” significa o somatório de todas as dívidas financeiras da Emissora (consideradas em bases não consolidadas) junto a pessoas físicas e/ou jurídicas, incluindo empréstimos e financiamentos com terceiros e emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não em ações, no mercado de capitais local e/ou internacional, bem como securitização de direitos creditórios/recebíveis da Emissora e o diferencial a pagar por operações com derivativos menos o somatório das Disponibilidades e o diferencial a receber por operações com derivativos;

“EBITDA” significa o valor calculado em bases não consolidadas da Emissora igual ao resultado líquido relativo a um período de 12 (doze) meses anteriores à data de cálculo do EBITDA, antes do resultado da equivalência patrimonial, imposto de renda, contribuição social, resultado não operacional, resultado financeiro, amortização de ágio e depreciação dos ativos; e

“Despesas Financeiras” significa os encargos de dívida, acrescidos das variações monetárias, de despesas relacionadas à obtenção de dívidas, encargos e impostos sobre dívidas, todos estes relativos aos itens descritos na definição de Dívida Líquida acima, e calculados pelo regime de competência ao longo dos últimos 12 (doze) meses, em bases não consolidadas da Emissora;

“Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD” significa o índice de cobertura do serviço da dívida resultante da seguinte equação:

$$\text{ICSD} = \frac{\text{Disponibilidades} + \text{FCAO}}{\text{Dívida de Curto Prazo}}$$



“Disponibilidades” significa os saldos de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras registrados no ativo circulante da Emissora;

“FCAO” significa o Fluxo de Caixa de Atividades Operacionais conforme indicado nas demonstrações financeiras trimestrais (não consolidadas) da Emissora dos últimos 12 (doze) meses; e

“Dívida de Curto Prazo” significa a soma do saldo dos empréstimos e financiamentos e outras dívidas financeiras onerosas, incluindo, sem limitação, as Debêntures, o saldo líquido das operações ativas e passivas com derivativos em que a Emissora seja parte, bem como avais, fianças e demais garantias prestadas em benefício de empresas não consolidadas nas demonstrações financeiras trimestrais da Emissora, classificadas no passivo circulante da Emissora. Para os casos de avais, fianças e outras garantias prestadas mantidas fora do balanço da Emissora, considerar-se-ão como dívida de curto prazo as coobrigações vincendas nos 12 (doze) meses subsequentes ao período de apuração do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida.

Os Índices Financeiros acima previstos serão revistos pelas Partes caso seja editada nova lei ou ato normativo que altere a metodologia de apuração contábil no Brasil.

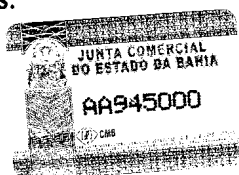
7.1.1. Para fins do disposto na alínea “u” acima, fica desde já acordado que os Índices Financeiros serão apurados pela Emissora e revisados pelo Agente Fiduciário, com base nas demonstrações financeiras auditadas e demonstrações financeiras trimestrais em bases não consolidadas da Emissora referentes ao encerramento de cada exercício social ou trimestre, conforme o caso. Os Índices Financeiros deverão ser disponibilizados ao Agente Fiduciário, juntamente com relatório consolidado da memória de cálculo compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção de tais Índices Financeiros, podendo o Agente Fiduciário solicitar à Emissora e/ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários.

7.1.2. A ocorrência dos eventos descritos nas alíneas “a”, “c”, “d”, “f”, “m”, “n” e “s” acima, desde que não remediados no respectivo prazo de cura, conforme aplicável, acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer consulta aos Debenturistas, aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial.

7.1.2.1. Na ocorrência de quaisquer dos demais eventos indicados na Cláusula 7.1 acima, exceto os citados na Cláusula 7.1.2 acima, desde que não remediados no respectivo prazo de cura, conforme aplicável, o Agente Fiduciário deverá convocar, dentro do prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos referidos eventos, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das Debêntures, observado o procedimento de convocação previsto na Cláusula X e o quorum específico estabelecido na Cláusula 7.1.3 abaixo.

7.1.3. A Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere a Cláusula 7.1.2.1 acima poderá, por deliberação dos Debenturistas que representem, no mínimo, 66% (sessenta e seis por cento) das Debêntures em Circulação, determinar que o Agente Fiduciário não declare o vencimento antecipado das Debêntures.

7.1.4. Não se realizando a Assembleia Geral de Debenturistas, conforme disposto na Cláusula 7.1.3 acima, não havendo sua convocação ou não havendo deliberação na data originalmente estabelecida para sua realização, em qualquer caso decorrente de ato ou fato não imputável ao Agente Fiduciário, este deverá, decorrido o prazo previsto na Cláusula 7.1.2.1 acima, declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento pela Emissora do Valor Nominal Unitário ou do Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, acrescido da Remuneração e encargos até a data de seu efetivo pagamento, exceto no caso de suspensão dos trabalhos na referida Assembleia Geral de Debenturistas.

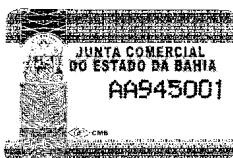


7.1.5. Uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures, o Agente Fiduciário deverá enviar notificação à CETIP informando o vencimento antecipado e a Emissora deverá, obrigatoriamente, cancelar as Debêntures.

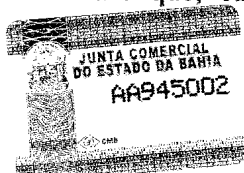
CLÁUSULA VIII OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

8.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, a Emissora obriga-se, ainda, a:

- (a) fornecer ao Agente Fiduciário:
 - (a.1) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou 3 (três) Dias Úteis após a data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, (i) cópia das demonstrações financeiras completas e auditadas da Emissora relativas ao respectivo exercício social, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes, (ii) cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à Emissora ou à sua administração, e respectivas respostas, com referência às demonstrações financeiras, e (iii) declaração do Diretor Presidente (ou seu equivalente) da Emissora atestando o cumprimento das obrigações constantes nesta Escritura, contendo as informações necessárias para o cálculo e acompanhamento dos Índices Financeiros;
 - (a.2) dentro de, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias do término de cada trimestre de seu exercício fiscal, (i) cópia das demonstrações financeiras da Emissora, com revisão limitada nos termos das normas da CVM, relativas ao respectivo trimestre, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, e (ii) declaração do Diretor Presidente (ou seu equivalente) da Emissora atestando o cumprimento das obrigações constantes nesta Escritura, contendo as informações necessárias para o cálculo e acompanhamento dos Índices Financeiros;
 - (a.3) cópia das atas das assembleias gerais de acionistas da Emissora, nos prazos previstos na Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009;
 - (a.4) os Avisos aos Debenturistas e atas de reunião do Conselho de Administração da Emissora que de alguma forma envolvam interesses dos Debenturistas, em até 3 (três) Dias Úteis da data em que forem realizados;
 - (a.5) em até 3 (três) Dias Úteis da notificação, qualquer informação relevante para a Emissão que lhe venha a ser solicitada por escrito pelo Agente Fiduciário;
 - (a.6) cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora, imediatamente após seu recebimento, que possa resultar em um efeito relevante adverso, que significa todo e qualquer efeito relevante adverso aos negócios, à situação financeira e ao resultado das operações da Emissora e de suas controladas, consideradas como um todo ("Efeito Relevante Adverso");
 - (a.7) os comprovantes de cumprimento de suas obrigações pecuniárias perante os Debenturistas no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da respectiva data de vencimento;



- (a.8) informações a respeito da ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento, acompanhadas de um relatório da Emissora contendo a descrição da ocorrência e das medidas que a Emissora pretende tomar com relação a tal ocorrência, o qual deverá ser entregue ao Agente Fiduciário em até 3 (três) Dias Úteis da verificação da ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento;
- (a.9) dentro de 10 (dez) Dias Úteis, qualquer informação que, razoavelmente, venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário, a fim de que este possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura e da Instrução da CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28") e
- (a.10) todos os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório mencionado na alínea "p" da Cláusula 9.4.1 abaixo que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização do referido relatório na CVM; e
- (b) comunicar ao Agente Fiduciário, no prazo previsto na alínea "a.8" acima, qualquer inadimplência no cumprimento das obrigações contraídas perante os Debenturistas;
- (c) preparar e proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações e pelas regras relevantes emitidas pela CVM para emissores de valores mobiliários nos termos da Instrução CVM 476, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras anuais;
- (d) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com as práticas contábeis geralmente aceitas no Brasil, e permitir que o Agente Fiduciário (ou auditor independente por este contratado às expensas da Emissora) realize auditoria extraordinária na Emissora, sendo que a respectiva solicitação deverá ser acompanhada de relatório que fundamente a necessidade de realização da referida auditoria no prazo previsto na alínea "a.8" acima;
- (e) convocar, nos termos das Cláusulas 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3 desta Escritura, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que se relacione com a presente Emissão caso o Agente Fiduciário não o faça;
- (f) cumprir com todas as determinações eventualmente emanadas da CVM, como o envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhes forem solicitadas por aquela autarquia, caso aplicável;
- (g) submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM, sendo que a Emissora deverá sempre manter como empresa de auditoria independente para auditar suas demonstrações financeiras uma das seguintes companhias: Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, Ernst & Young Auditores Independentes, KPMG Auditores Independentes ou PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (ou qualquer sociedade que venha a substituí-las);
- (h) não realizar desembolsos inerentes a investimentos de bens de capital com relação à Emissora ou investimentos de bens de capital com relação a quaisquer de suas controladas diretas ou indiretas, exceto se tais desembolsos: (i) não excederem, individualmente ou em conjunto, a cada período de 12 (doze) meses, R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) com relação a investimentos em bens de capital na própria Emissora ou investimentos de bens de capital com relação a quaisquer de suas controladas diretas ou indiretas, sendo que, caso Emissora não utilize a totalidade de tais valores em determinado período de 12 (doze) meses, a Emissora poderá utilizar o saldo não investido ("CAPEX Autorizado") no período de 12 (doze) meses imediatamente subsequente, restando claro que, caso a Emissora não utilize o CAPEX



6

Autorizado em tal período de 12 (doze) meses imediatamente subsequente, a mesma não poderá utilizar o CAPEX Autorizado de tal período em períodos futuros; (ii) forem provenientes de aportes de capital realizados na Emissora, exclusivamente em dinheiro, até o valor limite do aporte realizado e desde que esses valores sejam investidos exclusivamente para os fins aqui previstos, não podendo ser utilizados para pagamento de dividendos ou qualquer outra finalidade; e/ou (iii) forem provenientes de alienação de ativos de quaisquer controladas diretas ou indiretas da Emissora, exclusivamente em dinheiro, neste caso sendo este investimento também limitado ao valor líquido (*i.e.*, descontados todos os tributos incidentes) dos recursos captados pela Emissora ou pela controlada em questão com a venda dos respectivos ativos de suas controladas;

- (i) manter atualizados e em boa ordem seus livros e registros societários;
- (j) indicar um diretor que ficará responsável pelo atendimento, de forma eficiente, aos Debenturistas;
- (k) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (l) não praticar nenhum ato em desacordo com seu Estatuto Social ou com esta Escritura, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os Debenturistas, assim como não alterar a sua sede social para local outro que não um local no Estado da Bahia, bem como não alterar as datas de início e fim de seu exercício social, conforme previsto em seu Estatuto Social vigente na data de assinatura desta Escritura;
- (m) notificar o Agente Fiduciário e a entidade de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures, sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a ocorrência do evento;
- (n) notificar o Agente Fiduciário, no prazo máximo de 3 (três) dias após a ocorrência do evento, sobre qualquer alteração substancial nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias e nos negócios da Emissora e/ou de suas controladas que impossibilite ou dificulte de forma relevante o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura e das Debêntures;
- (o) quando estiver em mora com relação às Debêntures: (i) não promover o resgate ou amortização de ações; e (ii) não reduzir o capital, exceto se a redução de capital (x) ocorrer para absorver prejuízos, ou (y) for aprovada por Debenturistas que representem, no mínimo, 66% (sessenta e seis por cento) das Debêntures em Circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas;
 - (o.1) durante os 24 (vinte e quatro) meses imediatamente subsequentes à Data de Emissão, não pagar dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro estatutariamente prevista, exceto nas seguintes hipóteses, exclusivamente com relação ao pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio (com relação a estes últimos, desde que sejam dedutíveis nos termos da legislação aplicável): (i) se trate do pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações; (ii) os valores distribuídos na forma de dividendos ou juros sobre o capital próprio pela Emissora a seus acionistas sejam decorrentes de valores por ela recebidos, seja pela alienação das quotas representativas do capital social da Garantidora, seja por qualquer distribuição de dividendos ou juros sobre capital próprio oriunda da Garantidora, em moeda corrente nacional e fundos imediatamente disponíveis ("Valores Recebidos pela Emissora"), ficando desde já estabelecido que, na hipótese prevista

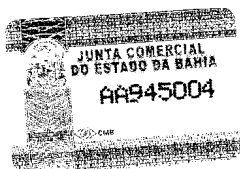


A G

neste subitem “ii”, (y) a distribuição de dividendos ou juros sobre capital próprio estará limitada ao montante exato do Valor Recebido pela Emissora e (z) o índice financeiro resultante da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA, calculado de maneira *pro forma* já considerando o respectivo pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio e o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da lei das Sociedades Anônimas para o exercício em questão deverá ser inferior a 2,0 (dois vírgula zero); (iii) o resultado da divisão entre (y) as Reservas Provasdas (conforme definido abaixo) desenvolvidas e produzindo de acordo com o último relatório de reservas disponibilizado aos Debenturistas nos termos da alínea “gg” desta cláusula (o “Relatório de Reservas”) quando da respectiva distribuição de dividendos ou juros sobre capital próprio, pela (z) quantidade de petróleo e gás natural efetivamente produzida no Bloco BCAM-40 nos 12 (doze) meses completos imediatamente anteriores, for inferior a 1,25 (um vírgula vinte e cinco) vezes o Período Remanescente (conforme definido abaixo); e (iv) os recursos distribuídos na forma de dividendos ou juros sobre capital próprio sejam utilizados unicamente para fins da realização dos pagamentos das dívidas identificadas na Cláusula 3.9 acima;

- (o.2) após os 24 (vinte e quatro meses) imediatamente subsequentes à Data de Emissão, não pagar dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro estatutariamente prevista, exceto nas seguintes hipóteses, exclusivamente com relação ao pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio (com relação a estes últimos, desde que sejam dedutíveis nos termos da legislação aplicável): (i) se trate do pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações; (ii) o índice financeiro resultante da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA, calculado de maneira *pro forma* já considerando o respectivo pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio e o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações para o exercício em questão, seja inferior a 2,0 (dois vírgula zero); (iii) os valores distribuídos na forma de dividendos ou juros sobre o capital próprio pela Emissora a seus acionistas sejam decorrentes de Valores Recebidos pela Emissora, ficando desde já estabelecido que, na hipótese prevista neste subitem “iii”, (y) a distribuição de dividendos ou juros sobre capital próprio estará limitada ao montante exato do Valor Recebido pela Emissora e (z) o índice financeiro resultante da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA, calculado de maneira *pro forma* já considerando o respectivo pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio e o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da lei das Sociedades Anônimas para o exercício em questão deverá ser inferior a 2,0 (dois vírgula zero); (iv) o resultado da divisão entre (y) as Reservas Provasdas (conforme definido abaixo) desenvolvidas e produzindo de acordo com o último Relatório de Reservas quando da respectiva distribuição de dividendos ou juros sobre capital próprio, pela (z) quantidade de petróleo e gás natural efetivamente produzida no Bloco BCAM-40 nos 12 (doze) meses completos imediatamente anteriores, for inferior a 1,25 (um vírgula vinte e cinco) vezes ao Período Remanescente (conforme definido abaixo); e (v) os recursos distribuídos na forma de dividendos ou juros sobre capital próprio sejam utilizados unicamente para fins da realização dos pagamentos das dívidas identificadas na Cláusula 3.9 acima;

Para fins do disposto nas alíneas “o.1” e “o.2” desta Cláusula 8.1, define-se: (i) “Reservas” como as quantidades de Petróleo ou gás natural que se antecipa serem comercialmente recuperáveis através da implementação de projetos de desenvolvimento em acumulações conhecidas, a partir de uma data, em condições definidas (ou qualquer outra definição que venha a ser dada em um Relatório de Reservas, desde que tal definição seja consistente com a prática da indústria à



Handwritten signature and a large circular stamp.

época); (ii) “Reservas Provas” como as quantidades de Petróleo que, através de análise de dados de geociências e engenharia, podem ser estimadas com certeza plausível (90% de precisão), de serem comercialmente recuperáveis a partir de uma determinada data, em reservatórios conhecidos e em conformidade com normas governamentais, métodos operacionais e condições econômicas determinadas (ou qualquer outra definição que venha a ser dada em um Relatório de Reservas, desde que tal definição seja consistente com a prática da indústria à época);; e (iii) “Período Remanescente” como o intervalo de tempo, em anos, calculado com base na diferença do número de dias existente entre a data em que deverá ocorrer o respectivo pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio e 4 de janeiro de 2018, dividido por 365 (trezentos e sessenta e cinco);

(p) tomar as medidas necessárias para:

(p.1) preservar todos seus direitos, títulos de propriedade, concessões, licenças (inclusive licenças ambientais), alvarás e ativos necessários para continuar conduzindo seus negócios dentro do seu objeto social e das práticas comerciais usuais (observado, que, com relação às suas controladas diretas ou indiretas, nada nesta Cláusula proibirá tal controlada de dispor sobre seus ativos, observado o disposto nesta Escritura);

(p.2) manter em boas condições de conservação os bens utilizados na condução de seus negócios e na condução dos negócios de suas controladas diretas ou indiretas, excetuando-se pelo desgaste normal;

(p.3) pagar ou de outra forma quitar, quando devidas, observados os períodos de carência aplicáveis, todas as suas obrigações, inclusive, sem se limitar a, fiscais, trabalhistas e comerciais, ressalvadas as obrigações que, individualmente ou em conjunto, não causem um Efeito Relevante Adverso;

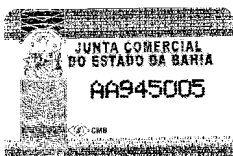
(p.4) estender as medidas listadas nas alíneas “p.1”, “p.2” e “p.3” acima para as sociedades sob seu controle direto ou indireto;

(q) efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures no SND, conforme o disposto no Termo de Compromisso e Regulamento do SND, por meio da CETIP;

(r) contratar e manter contratados, às suas expensas, durante todo o prazo de vigência das Debêntures, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura e nos Documentos de Garantia, incluindo: (a) agência de *rating* que divulgue relatórios, com periodicidade pelo menos anual, com a súmula da classificação de risco das Debêntures; (b) Banco Mandatário e Instituição Depositária; (c) Agente Fiduciário; (d) os sistemas de negociação das Debêntures no mercado secundário (*i.e.*, SND); e (e) Agente de Garantia;

(s) relativamente à agência de *rating*, a Emissora deverá contratar e manter contratada a Standard & Poor’s, ou, na falta desta, uma das agências de classificação de risco, dentre a Moody’s America Latina ou Fitch Ratings, para atualização do relatório apresentado por ocasião da colocação das Debêntures, até a integral liquidação destas, fornecendo ao Agente Fiduciário cópia das avaliações e reavaliações anuais de *rating* em até 10 (dez) Dias Úteis após sua divulgação, sendo que para a contratação de qualquer dessas 3 (três) agências não será necessária a aprovação dos Debenturistas;

(t) exceto com relação àqueles que estejam sendo questionados de boa-fé pela Emissora, cumprir, em todos os aspectos relevantes, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis



9

6

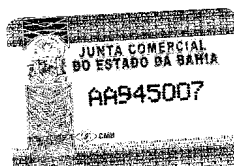
- (inclusive ambientais e fiscais), em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua bens;
- (u) aplicar recursos obtidos por meio da Emissão de Debêntures estritamente conforme o descrito na Cláusula 3.9 acima;
 - (v) não realizar operações com sociedades coligadas, controladas ou controladoras, direta ou indiretamente, da Emissora ("Partes Relacionadas"), exceto se de outra forma estabelecido nesta Escritura (inclusive conforme a alínea "h" desta Cláusula 8.1) ou, ainda, exceto: (i) por pagamentos relacionados exclusivamente a serviços de assessoria à gestão de até R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas) por ano contratados junto à Caltor LLC, à Brasoil Opco Exploração Petrolífera Ltda., ou a qualquer outra sociedade controladora, direta ou indireta, da Emissora; e/ou (ii) quaisquer operações com Partes Relacionadas em valor inferior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) e desde que tais operações com Partes Relacionadas sejam contratadas em condições usuais de mercado;
 - (w) não realizar, ou permitir que quaisquer de suas controladas diretas ou indiretas (exceto conforme disposto na alínea "jj" abaixo com relação à Garantidora) realizem, novos empréstimos ou financiamentos de qualquer natureza, bem como não outorgar ou se comprometer a outorgar em favor de quaisquer terceiros quaisquer garantias pessoais, em qualquer caso com valor individual ou agregado superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), ficando desde já estabelecido que o limite de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) aqui previsto deverá sempre considerar os empréstimos, os financiamentos e as garantias pessoais outorgadas, em conjunto;
 - (x) não criar, ou permitir que quaisquer de suas controladas diretas ou indiretas (exceto conforme disposto na alínea "jj" abaixo com relação à Garantidora) criem, qualquer ônus ou gravame sobre ativos que sejam de sua propriedade ou que venham a ser adquiridos pela Companhia ou quaisquer de suas controladas diretas ou indiretas a partir desta data, inclusive ações emitidas pela Companhia ou por quaisquer de suas controladas diretas ou indiretas, com a finalidade de garantir obrigações dessas sociedades;
 - (y) cumprir com todas as obrigações assumidas nos Documentos de Garantia, praticando todos os atos para assegurar que as Garantias permaneçam válidas e eficazes até o cumprimento, pela Companhia, de todas as obrigações assumidas nesta Escritura e nos Documentos de Garantia;
 - (z) cumprir com todas as obrigações previstas na Instrução CVM 476, em especial as estabelecidas em seu artigo 17, e demais normativos aplicáveis à Emissão;
 - (aa) não transferir ou alienar os Ativos da Manati;
 - (bb) não transferir ou de qualquer forma ceder ou prometer ceder a terceiros as obrigações assumidas nesta Escritura;
 - (cc) manter as obrigações de pagar previstas na presente Escritura concorrentes, no mínimo, em condições *pari passu* com as demais dívidas garantidas por garantia real da Emissora, ressalvadas as obrigações que gozem de preferência por força de disposição legal;
 - (dd) colaborar com o Coordenador Líder para o atendimento integral das obrigações previstas no Comunicado CETIP nº 028/09, de 02 de abril de 2009 (conforme aplicáveis);
 - (ee) não contratar quaisquer operações de arrendamento mercantil com opção de recompra (*sale leaseback*), operações de derivativos de qualquer natureza (inclusive para fins de



6

proteção/*hedge*) ou operações de securitização de direitos creditórios/recebíveis, por si ou por qualquer de suas controladas diretas ou indiretas;

- (ff) contratar e manter contratados seguros com relação a seus ativos e aos ativos de suas subsidiárias (conforme o caso) que sejam relevantes para o exercício pleno e adequado de suas atividades, seguros esses a serem contratados: (i) junto a companhia(s) seguradora(s) de primeira linha, em termos usuais para esse tipo de contratação (comparativamente às demais empresas que atuam no mesmo ramo de negócios da Emissora); e (ii) somente com relação aos ativos do Bloco BCAM40, mediante apólices de seguros que apresentem o Agente de Garantia como beneficiário direto dos pagamentos em caso de eventual sinistro, sendo certo que, com relação às apólices de seguros atualmente vigentes, a Emissora deverá apresentar tais apólices ao Agente de Garantia contendo este último como beneficiário, conforme aqui estabelecido, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da liquidação financeira da Oferta, ficando porém desde já estabelecido que, no caso de ocorrência de sinistro em relação a qualquer de suas controladas (diretas ou indiretas), a Emissora desde já se compromete a fazer com que essa controlada utilize todos e quaisquer recursos que receber em virtude de seguros por ela contratados e que sobejarem aos valores pagos por essa controlada por conta dos danos causados pelo respectivo sinistro para quitar eventuais valores que venham a ser devidos pela Emissora em virtude de responsabilização desta última decorrente do sinistro em questão;
- (gg) apresentar ao Agente de Garantia relatório informando sobre as reservas de petróleo de suas áreas de concessão, no prazo de até 90 (noventa) dias contados do final do exercício social imediatamente anterior, preparado por DeGolyer and MacNaughton Canada Limited ou por empresa de reputação e qualidade comparável ou superior;
- (hh) exceto com relação àqueles pagamentos que estejam sendo questionados pela Emissora na esfera judicial ou administrativa, manter em dia o pagamento de todos os tributos devidos às Fazendas Federal, Estadual e Municipal, cujo não pagamento resulte em Efeito Relevante Adverso;
- (ii) manter em vigor os contratos e demais acordos requeridos pelas autoridades competentes (inclusive a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis) com base na legislação aplicável, ou aqueles usualmente utilizados pelas demais empresas que atuam no mesmo ramo de negócios da Emissora (*i.e.*, prática de mercado) desde que, neste caso, seu formato seja razoavelmente aceitável para a Emissora (sendo que sua não aceitação deverá ser justificada ao Agente Fiduciário), para que a Emissora possa desenvolver suas atividades nos termos de seu objeto social;
- (jj) adotar todas as medidas necessárias e fazer com que qualquer de suas controladas diretas ou indiretas não realize qualquer empréstimo ou financiamento de qualquer natureza ou crie qualquer ônus ou gravame sobre quaisquer ativos (inclusive ações) que sejam de propriedade ou que venham a ser adquiridos a partir desta data pela respectiva controlada, exceto a realização de empréstimos ou financiamentos, e a respectiva criação de ônus ou gravames com a finalidade de garantir tais empréstimos ou financiamentos pela respectiva contratante, na hipótese de: (i) tais empréstimos ou financiamentos serem contratados sem qualquer coobrigação da Emissora ou de qualquer de suas controladas diretas ou indiretas, conforme aplicável; (ii) descoberta de campos exploratórios com reservas comprovadas e declaração da comercialidade da área de exploração da Garantidora, conforme informado à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis nos termos da regulamentação aplicável; e (iii) os termos e condições para a contratação dos respectivos empréstimos ou financiamentos e para a efetiva constituição de ônus ou gravames sobre os respectivos ativos em garantia desses empréstimos ou financiamentos, conforme aqui previsto, sejam termos e condições usuais de mercado comparativamente com as demais operações envolvendo empresas que atuam no mesmo ramo de negócios da respectiva controlada. A exceção prevista



nesta alínea “jj” somente será válida a partir de 1º de dezembro de 2013 e desde que não tenha ocorrido e esteja em vigor, à época, qualquer Evento de Inadimplemento nos termos desta Escritura;

- (kk) não adquirir quaisquer novas concessões para exploração, desenvolvimento e/ou produção de petróleo e gás natural em outras localidades que não o Bloco BCAM-40;
- (ll) não contratar quaisquer operações de fornecimento e/ou venda de hidrocarbonetos, exceto se os direitos creditórios devidos à Emissora provenientes dessas operações sejam cedidos fiduciariamente em favor dos detentores das Debêntures em termos e condições similares aos estabelecidos no Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis;
- (mm) a partir desta data, caso seja aberta qualquer nova conta bancária de qualquer natureza, de titularidade da Companhia, a Companhia deverá fazer com que todos os direitos de crédito, direitos a rendimentos e outros recebíveis depositados de tempos em tempos na(s) referida(s) conta(s) bancária(s) sejam cedidos fiduciariamente em garantia em favor dos Debenturistas, por meio de aditamento ao Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis que deverá ser firmado em até 10 (dez) Dias Úteis contados da abertura de cada uma dessas contas bancárias, e levado a registro nos competentes cartórios de registro de títulos e documentos, nos termos constantes do Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis; e
- (nn) antes da realização de qualquer distribuição de dividendos e/ou juros sobre capital próprio, nos termos das alíneas “o.1” e “o.2” desta Cláusula 8.1, fornecer ao Agente Fiduciário certificado assinado por um de seus diretores estatutários atestando que referida distribuição pode ser feita sem que seja descumprido o disposto em referidas alíneas “o.1” e “o.2”, certificado este que deverá, ainda, evidenciar os cálculos para tal constatação.

CLÁUSULA IX AGENTE FIDUCIÁRIO

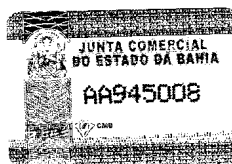
9.1. Nomeação

A Emissora nomeia e constitui Agente Fiduciário da Emissão objeto desta Escritura, Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., qualificado no preâmbulo desta Escritura, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar a comunhão dos Debenturistas.

9.2. Declaração

9.2.1. O Agente Fiduciário dos Debenturistas, nomeado na presente Escritura, declara, sob as penas da lei:

- (a) não ter nenhum impedimento legal, conforme o parágrafo 3º do artigo 66 da Lei das Sociedades por Ações e o artigo 10 da Instrução CVM 28, para exercer a função que lhe é conferida;
- (b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (c) aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições;
- (d) não ter nenhuma ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;



- (e) estar ciente da Circular nº 1.832, de 31 de outubro de 1990, do Banco Central do Brasil;
- (f) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (g) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (h) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (i) que esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (j) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (k) que não foi possível atestar, na data de assinatura desta Escritura de Emissão, sobre a constituição e exequibilidade das Garantias, em função da pendência de registro dos Documentos de Garantia nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, conforme previsto nas Cláusulas 2.4 e 2.5 acima
- (l) que, uma vez tendo sido registrados os Documentos de Garantia nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, bem como tendo sido anotados no Livro de Registro de Ações Nominativas da Emissora, o Penhor de Ações da Emissora e a Alienação Fiduciária de Ações da Emissora, entende que tais documentos estarão regularmente constituídos, observados os termos e condições neles previstos;
- (m) que observará a manutenção da suficiência das Garantias Reais, com base nas atualizações dos Laudos de Avaliação que lhe serão enviados pela Emissora, na forma da Cláusula 3.7.4 acima e nas demonstrações financeiras da Garantidora, observado que não foi possível verificar a suficiência da Garantia Fidejussória, quando analisada isoladamente;
- (n) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura; e
- (o) que verificou a observância, pela Emissora, dos limites de emissão previstos na alínea "a" do parágrafo 1º do artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, conforme disposto na Cláusula 3.6 da presente Escritura.

9.3. Substituição

9.3.1. Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, morte, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo Agente Fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a convocação, observado o prazo de 15 (quinze) dias para a primeira convocação e 8 (oito) dias para a segunda convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo Agente Fiduciário. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma que a do Agente Fiduciário, observado o disposto na Cláusula 9.3.6 abaixo.



A large, stylized handwritten mark or signature, possibly a cursive "G" or a similar symbol, located to the right of the stamp.

9.3.2. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

9.3.3. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores.

9.3.4. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de Aditamento a esta Escritura, devendo o mesmo ser arquivado na JUCEB.

9.3.5. O Agente Fiduciário iniciará o exercício de suas funções na data da presente Escritura ou de eventual Aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento das Debêntures ou até sua efetiva substituição, conforme aplicável, sendo que o término do exercício de suas funções, em ambos os casos, será formalizado por meio de Aditamento à presente Escritura, devidamente arquivado na JUCEB.

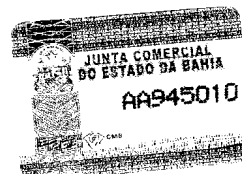
9.3.6. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela devida ao substituto será calculada *pro rata temporis* a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

9.3.7. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a respeito baixados por ato(s) da CVM.

9.4. Deveres

9.4.1. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (b) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papeis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura e respectivos Aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes; neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;



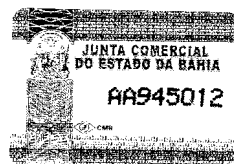
6

- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;
- (h) verificar a regularidade da constituição das Garantias, bem como o valor dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;
- (i) verificar a observância, pela Emissora, dos limites de emissão previstos na alínea "a" do parágrafo 1º do artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, conforme disposto na Cláusula 3.7 da presente Escritura, para que as Debêntures possam ser emitidas e permaneçam como sendo da espécie com garantia real até seu vencimento;
- (j) examinar proposta de substituição de bens dados em garantia, quando a substituição estiver autorizada por esta Escritura, manifestando a sua expressa e justificada concordância ou discordância, conforme o caso;
- (k) intimar a Emissora a reforçar as Garantias, na hipótese de sua deterioração ou depreciação;
- (l) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas perante órgãos e entidades públicas e ofícios de registros públicos, dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, dos cartórios de protesto, das Juntas de Conciliação e Julgamento e da Procuradoria da Fazenda Pública onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora;
- (m) solicitar, quando considerar necessário e desde que permitido pela legislação aplicável, auditoria extraordinária na Emissora, sendo que tal solicitação deverá ser acompanhada de relatório que fundamente a necessidade de realização da referida auditoria;
- (n) convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos Jornais de Publicação, respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura;
- (o) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (p) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos da alínea "b" do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
 - (p.1) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - (p.2) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - (p.3) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;
 - (p.4) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;



6

- (p.5) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da Emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
- (p.6) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura, inclusive quanto à manutenção dos Índices Financeiros previstos na Cláusula 7.1 alínea “u” acima;
- (p.7) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário; e
- (p.8) pagamentos de Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
- (q) disponibilizar o relatório de que trata a alínea “p” acima aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
- (q.1) na sede da Emissora;
- (q.2) em sua sede social e em seu site (www.oliveiratrust.com.br);
- (q.3) na CVM; e
- (q.4) na sede do Coordenador Líder;
- (r) publicar, às expensas da Emissora, nos Jornais de Publicação, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados na alínea “q” acima;
- (s) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, à Instituição Depositária e à CETIP;
- (t) administrar os recursos oriundos da emissão de Debêntures na ocorrência da hipótese prevista no parágrafo 2º do artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações;
- (u) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;
- (v) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 10 (dez) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada ao Agente de Garantia;
- (w) acompanhar a destinação dos recursos captados por meio da emissão das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
- (x) examinar qualquer proposta ou iniciativa de alteração do estatuto social da Emissora que objetive mudar o objeto social da Emissora, cumprindo-lhe convocar a Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar acerca da alteração proposta;
- (y) calcular, diariamente, o Valor Nominal Unitário das Debêntures, disponibilizando-o aos Debenturistas e à Emissora em seu site (www.oliveiratrust.com.br);



A large, stylized handwritten mark or signature, possibly a stylized 'C' or a similar symbol, located to the right of the stamp.

- (z) acompanhar com o Banco Mandatário, em cada Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios, o integral e pontual pagamento dos valores devidos, conforme estipulado nesta Escritura; e
- (aa) conferir trimestralmente a manutenção dos Índices Financeiros previstos na alínea “u” da Cláusula 7.1 acima e informar imediatamente os Debenturistas qualquer descumprimento dos referidos Índices Financeiros.

9.5. Atribuições Específicas

9.5.1. O Agente Fiduciário utilizará quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais, contra a Emissora, para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

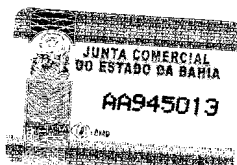
- (a) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- (b) observados os termos e condições desta Escritura, executar os Documentos de Garantia, aplicando o produto da execução na amortização ou liquidação integral das obrigações da Emissora assumidas nos termos das Debêntures e desta Escritura;
- (c) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas;
- (d) requerer a falência da Emissora; e
- (e) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

9.5.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas “a” a “e” da Cláusula 9.5.1 acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade dos titulares das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação quando tal hipótese disser respeito ao disposto na alínea “e” da Cláusula 9.5.1 acima.

9.6. Remuneração do Agente Fiduciário

9.6.1. Será devida ao Agente Fiduciário pela Emissora, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação em vigor e desta Escritura, remuneração mensal de R\$ 3.984,06 (três mil, novecentos e oitenta e quatro Reais, e seis centavos), sendo a primeira parcela devida somente em 5 (cinco) Dias Úteis após a assinatura da presente Escritura e, as demais parcelas, no mesmo dia dos meses subsequentes.

9.6.2. No caso de inadimplemento no pagamento das Debêntures ou de reestruturação das condições das Debêntures após a Emissão, serão devidas ao Agente Fiduciário, adicionalmente, o valor de R\$ 569,16 (quinhentos e sessenta e nove reais e dezesseis centavos) por hora-homem de trabalho dedicado à (i) execução das garantias, (ii) comparecimento em reuniões formais com a Emissora e/ou com Debenturistas; e (iii) implementação das conseqüentes decisões tomadas em tais eventos, pagas no prazo de 5 (cinco) dias após comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, de “relatório de horas” à Emissora. Entende-se por reestruturação das Debêntures os eventos relacionados a alteração (i) das garantias, (ii) prazos de pagamento e (iii) condições relacionadas ao vencimento antecipado. Os eventos relacionados a amortização das Debêntures não são considerados reestruturação das Debêntures.



9.6.2.1. No caso de celebração de aditamentos a Escritura e aos Contratos de Garantia, serão devidas ao Agente Fiduciário, adicionalmente, o valor de R\$ 569,16 (quinhentos e sessenta e nove reais e dezesseis centavos) por hora-homem de trabalho dedicado a tais alterações.

9.6.3. Na hipótese de ocorrer o cancelamento ou o resgate da totalidade das Debêntures em Circulação, o Agente Fiduciário fará jus somente à remuneração calculada *pro rata temporis* pelo período da efetiva prestação dos serviços, devendo restituir à Emissora a diferença entre a remuneração recebida e aquela a que fez jus.

9.6.4. O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante crédito na conta corrente a ser indicada pelo Agente Fiduciário.

9.6.5. A remuneração devida ao Agente Fiduciário nos termos da Cláusula 9.6.1 acima será atualizada anualmente com base na variação percentual acumulada do IGP-M, ou na sua falta, pelo mesmo índice que vier a substituí-lo, a partir da data de assinatura desta Escritura.

9.6.6. Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o substituído deverá repassar a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data da efetiva substituição, ao agente fiduciário substituto, como forma de remuneração dos serviços a serem por ele prestados.

9.6.7. Caso sejam alteradas as condições da Emissão, a Emissora e o Agente Fiduciário se comprometem a avaliar os impactos destas alterações nos serviços ora descritos visando à alteração da remuneração do Agente Fiduciário.

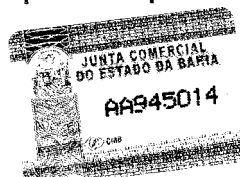
9.6.8. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência da remuneração mencionada na Cláusula 9.6.1 acima, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa de 2% (dois por cento).

9.7. Despesas

9.7.1. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis e usuais que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures nos termos desta Escritura, observado que despesas acima de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) deverão ser previamente aprovadas pela Emissora.

9.7.2. O ressarcimento a que se refere esta Cláusula 9.7 será efetuado, em 15 (quinze) Dias Úteis, após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora mediante entrega das vias originais dos comprovantes de pagamento.

9.7.3. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora, desde que devidamente comprovadas. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) dias, podendo o



Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

9.7.4. As despesas a que se refere esta Cláusula 9.7 compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- (a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (b) extração de certidões e despesas cartorárias e com correios quando necessárias ao desempenho da função de Agente Fiduciário;
- (c) locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, e alimentação quando necessárias ao desempenho das funções; e
- (d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

9.7.5. O crédito do Agente Fiduciário por despesas que tenha feito para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos debenturistas, que não tenha sido saldado na forma descrita nas Cláusulas 9.7.1 e 9.7.2 acima, será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento.

CLÁUSULA X ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

À assembleia geral de debenturistas (“Assembleia Geral de Debenturistas” ou “Assembleia”) aplicar-se-á ao disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações.

10.1. Convocação

10.1.1. A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, pela CVM ou por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação.

10.1.2. A convocação se dará mediante anúncio publicado, pelo menos, 3 (três) vezes, nos Jornais de Publicação, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura.

10.1.3. As Assembleias Gerais de Debenturistas deverão ser realizadas, em primeira convocação, no prazo mínimo de 15 (quinze) dias contados da data da primeira publicação da convocação, ou, não se realizando a Assembleia Geral de Debenturistas em primeira convocação, em segunda convocação, em, no mínimo, 8 (oito) dias contados da data da publicação do novo anúncio de convocação.

10.1.4. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à Assembleia ou do voto proferido na respectiva Assembleia Geral de Debenturistas.



10.2. Quorum de Instalação

10.2.1. A Assembleia Geral de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação, e, em segunda convocação, com qualquer quorum.

10.2.2. Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos quoruns de instalação e/ou deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas previstos nesta Escritura, consideram-se "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures subscritas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de empresas controladas ou coligadas pela Emissora (diretas ou indiretas), controladoras (ou grupo de controle), sociedades sob controle comum, administradores ou conselheiros da Emissora, incluindo, mas não se limitando a, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas, até segundo grau.

10.3. Quorum de Deliberação

10.3.1. Nas deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto na Cláusula 10.3.2 abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 66% (sessenta e seis por cento) das Debêntures em Circulação.

10.3.2. Não estão incluídos no quorum a que se refere a Cláusula 10.3.1 acima:

- (a) os quoruns expressamente previstos em outras cláusulas desta Escritura; e
- (b) as seguintes alterações, que deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação: (i) da Remuneração; (ii) de quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos nesta Escritura; (iii) da repactuação; (iv) do Resgate Antecipado Facultativo; e (v) da espécie das Debêntures.

10.3.3. As alterações dos quoruns estabelecidos nesta Escritura e/ou das disposições estabelecidas nesta Cláusula 10.3 deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas ou em qualquer outra subsequente, por Debenturistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

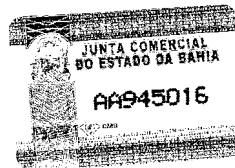
10.3.4. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas, a não ser quando ela seja solicitada pelo Agente Fiduciário nos termos desta Escritura, hipótese em que será obrigatória.

10.3.5. O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas para prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

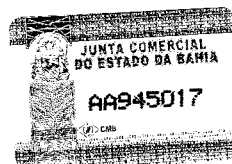
CLÁUSULA XI DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

11.1. A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura, que:

- (a) é uma sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de companhia fechada, de acordo com as leis brasileiras;



- (b) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e os Documentos de Garantia e a cumprir todas as obrigações nestes previstas, tendo, então, sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) a celebração desta Escritura e dos Documentos de Garantia e o cumprimento das obrigações nestes previstas não infringem nenhuma disposição legal, contrato ou instrumento do qual seja parte, nem resultarão em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos, ou (ii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (d) as obrigações assumidas nesta Escritura e nos Documentos de Garantia constituem obrigações legalmente válidas e vinculantes da Emissora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil Brasileiro, exceto que sua execução poderá estar limitada por leis relativas à falência, insolvência, recuperação, liquidação ou leis similares afetando a execução de direitos de credores em geral;
- (e) detém todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais relevantes para o exercício de suas atividades, estando todas elas válidas;
- (f) está cumprindo com todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis, de forma material, à condução de seus negócios;
- (g) as demonstrações financeiras relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2009, 2008 e 2007 e as demonstrações financeiras relativas aos trimestres findos em 30 de setembro de 2010 e 30 de setembro de 2009 apresentam de maneira adequada a situação financeira da Emissora nas aludidas datas e os resultados operacionais da Emissora referentes aos períodos encerrados em tais datas. Tais informações financeiras foram elaboradas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, que foram aplicados de maneira consistente nos períodos envolvidos, e desde a data das demonstrações financeiras mais recentes, não houve nenhum impacto adverso relevante na situação financeira e nos resultados operacionais em questão, não houve qualquer operação envolvendo a Emissora fora do curso normal de seus negócios (exceto pela reorganização societária realizada pela Emissora em 30 de novembro de 2010), que seja relevante para a Emissora, não houve qualquer alteração no capital social ou aumento substancial do endividamento da Emissora;
- (h) não tem conhecimento da existência de nenhuma ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto substancial e adverso à Emissora, além daqueles mencionados nas demonstrações financeiras e informações trimestrais disponibilizadas pela Emissora;
- (i) os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário são materialmente corretos e estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre a Emissora, tendo sido disponibilizadas informações sobre as transações relevantes da Emissora, bem como sobre os direitos e obrigações materialmente relevantes delas decorrentes;
- (j) não omitiu ou omitirá nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial adversa das suas situações econômico-financeira ou jurídica, em prejuízo dos Investidores Qualificados interessados em adquirir as Debêntures;
- (k) não tem nenhuma ligação com o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções com relação a esta Emissão;



- (l) não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;
- (m) está adimplente com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura e dos Documentos de Garantia;
- (n) tem plena ciência de que, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, não poderá realizar outra oferta pública da mesma espécie de valores mobiliários dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data da comunicação à CVM do encerramento da Oferta, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM;
- (o) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração do IGP-M, divulgada pela FGV, e que a forma de cálculo da Remuneração das Debêntures foi acordada por livre vontade pela Emissora, em observância ao princípio da boa-fé; e
- (p) as informações prestadas no âmbito da Oferta, inclusive no material de divulgação (*marketing*), são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes para que os Investidores Qualificados interessados em adquirir as Debêntures tenham conhecimento da Emissora, suas atividades e sua situação financeira, além dos riscos à suas atividades e quaisquer outras informações relevantes à tomada de decisões dos Investidores Qualificados interessados em adquirir as Debêntures, na extensão exigida pela legislação aplicável.

CLÁUSULA XII DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Comunicações

12.1.1. Qualquer notificação, instrução ou comunicação a ser realizada por qualquer das Partes em virtude desta Escritura deverá ser encaminhada para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

Brasoil Manati Exploração Petrolífera S.A.

Avenida Antonio Carlos Magalhães, nº 1034, sala 129-A, Condomínio Pituba Parque Center – Itaipara
CEP 41825-906 - Salvador, BA

At.: Sr. André Guimarães

Tel.: (21) 2221-3064

Fax: (21) 2221-3064

E-mail: aguimaraes@brasoilcorp.com

Com cópia para:

Veirano Advogados

Avenida das Nações Unidas, nº 12.995, 18º andar – Itaim Bibi

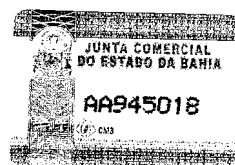
CEP 04578-000 - São Paulo, SP

At.: Sr. Lior Pinsky

Tel: (11) 5505-4001

Fax: (11) 5503-3990

E-mail: lior.pinsky@veirano.com.br



Para o Agente Fiduciário:

Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205 – Barra da Tijuca

CEP 22631-000 - Rio de Janeiro, RJ

At.: Sr. Gustavo Dezouart

Tel.: (21) 3514-0000

Fax: (21) 3514-0099

E-mail: gustavo@oliveiratrust.com.br e agente@oliveiratrust.com.br

Para o Banco Mandatário ou Instituição Depositária:

Banco Bradesco S.A.

4010 - Departamento de Ações e Custódia

Comercial e Produtos Locais

Cidade de Deus, s/nº – Vila Yara

CEP 06029-900 – Osasco, SP

At.: Sra. Pérsia Alves Gonçalves de Barros

Tel.: (11) 3684 9444

Fax: (11) 3684 2714

E-mail: 4010.persia@bradesco.com.br

Para a CETIP:

CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 1º andar

CEP 01452-001 – São Paulo, SP

At.: Gerência de Valores Mobiliários

Tel: (11) 3111-1400 / 2138-1400

Fax: (11) 3111-1564

E-mail: gr.debentures@cetip.com.br

12.1.2. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios, por fax ou por telegrama nos endereços acima e, se enviada por correio eletrônico, na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de recibo emitido pelo remetente. Os originais dos documentos enviados por fax deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 2 (dois) Dias Úteis após o envio da mensagem.

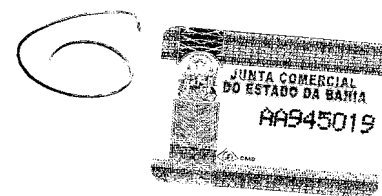
12.1.3. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada às demais Partes pela Parte que tiver seu endereço alterado.

12.1.4. As comunicações ou notificações aos Debenturistas serão feitas por meio de carta enviada aos endereços informados pelo Banco Mandatário e Instituição Depositária das Debêntures ou por publicação nos Jornais de Publicação.

12.2. Renúncia

12.2.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes desta Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

4



12.3. Veracidade da Documentação

12.3.1. Para prestar os serviços aqui especificados e tomar as decisões necessárias com relação ao aqui disposto, o Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade com relação às deliberações societárias e/ou atos da administração ou qualquer outro documento ou registro da Emissora que considere autêntico e que lhe tenha sido, ou seja, encaminhado pela Emissora, ou por seus colaboradores.

12.4. Independência das Disposições da Escritura e Interpretação dos Títulos das Cláusulas

12.4.1. Caso qualquer das disposições desta Escritura venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

12.5. Título Executivo Extrajudicial e Execução Específica

12.5.1. A presente Escritura e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, e as obrigações nelas encerradas estão sujeitas à execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil.

12.6. Cômputo do Prazo

12.6.1. Exceto se de outra forma especificamente disposto nesta Escritura, os prazos estabelecidos na presente Escritura serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

12.7. Atualização de Valores

12.7.1. A partir da data de assinatura desta Escritura, todos os valores em Reais (R\$) dela constantes deverão ser corrigidos pela variação do IGP-M, ou na sua falta ou impossibilidade de aplicação, pelo índice oficial que vier a substituí-lo.

12.8. Custos de Registro

12.8.1. Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro da presente Escritura e seus eventuais Aditamentos, dos atos societários e dos Documentos de Garantia relacionados à presente Emissão, nos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

12.9. Lei Aplicável

12.9.1. Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

12.10. Foro

12.10.1. Fica eleito o foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja."

9

6

